

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	16
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	18
4.5 - Processos sigilosos relevantes	19
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	20
4.7 - Outras contingências relevantes	21
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	22

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	23
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	26
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	28
5.4 - Outras informações relevantes	29
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	30
6.3 - Breve histórico	31
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	32
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	33
6.7 - Outras informações relevantes	34
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	35
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	37
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	39
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	41
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	42
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	43
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	44
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	45
7.9 - Outras informações relevantes	46
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	47
8.3 - Operações de reestruturação	48
8.4 - Outras informações relevantes	49
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	50
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	51

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	52
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	53
9.2 - Outras informações relevantes	55
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	56
10.2 - Resultado operacional e financeiro	68
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	70
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	71
10.5 - Políticas contábeis críticas	73
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	77
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	79
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	80
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	81
10.10 - Plano de negócios	82
10.11 - Outros fatores com influência relevante	84
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	85
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	86
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	87
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	89
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	91
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	92
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	93
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	94
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	108
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	109

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	114
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	115
12.12 - Outras informações relevantes	116

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	117
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	119
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	122
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	124
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	126
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	130
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	131
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	132
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	133
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	134
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	135
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	136
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	137
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	138
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	139
13.16 - Outras informações relevantes	140

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	141
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	143
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	144

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	145
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	146
15.3 - Distribuição de capital	158
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	159
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	164
15.7 - Outras informações relevantes	165
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	166
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	167
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	174
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	175
17.2 - Aumentos do capital social	176
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	177
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	178
17.5 - Outras informações relevantes	179
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	180
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	183
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	184
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	185
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	186
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	187
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	188

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	189
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	190
18.10 - Outras informações relevantes	191
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	192
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	193
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	194
19.4 - Outras informações relevantes	195
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	196
20.2 - Outras informações relevantes	197
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	198
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	199
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	200
21.4 - Outras informações relevantes	201
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	202
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	203
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	204
22.4 - Outras informações relevantes	205

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	315-8		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Horwath Bendoraytes Aizenman & Cia.		
CPF/CNPJ	42.170.852/0001-77		
Período de prestação de serviço	02/04/2009		
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras consolidadas do exercício, preparadas de acordo com a legislação societária Brasileira, incluindo a revisão das informações trimestrais (ITR's), revisão dos critérios adotados para elaboração das demonstrações financeiras da empresas controladas não auditadas por nossos auditores ou por outros auditores contratados.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 64.080,00, conforme previsto no contrato e refere-se aos serviços de auditoria descritos no item 2.1 (d) acima. Não foram contratados ou prestados serviços de qualquer outra natureza.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Geysa Bendoraytes e Silva	02/04/2009	076.252.107-40	Av. das Américas, 4200, Bl. 4 Gr 206, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22640-102, Telefone (21) 33854662, Fax (21) 33854663, e-mail: geysa.bendoraytes@crowehorwathrcs.com

Participações Industriais do Nordeste

2.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens 2.1 e 2.2 acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	101.892.486,59	87.984.731,42	95.337.233,04
Ativo Total	246.075.281,96	223.466.853,87	207.198.069,02
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	115.965.786,20	109.971.256,39	140.340.406,23
Resultado Bruto	22.775.533,31	24.364.753,78	45.924.627,25
Resultado Líquido	14.071.895,37	24.075.005,53	23.586.569,57
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	157.388	157.388	78.694
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	647,400000	559,030000	1.211,490000
Resultado Líquido por Ação	89,410000	152,970000	299,720000

Participações Industriais do Nordeste

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia não tem a prática de divulgar medições não contábeis.

Participações Industriais do Nordeste

imas demonstrações financeiras

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras que as tenham alterado substancialmente.

Resultados

Participações Industriais do Nordeste

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	2009	2008	2007
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social do emissor em vigor desde 25.07.2008 prevê que o lucro líquido verificado anualmente terá a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital social; (b) 25%, no mínimo, calculados com os ajustamentos da Lei, para pagamento de dividendos aos acionistas; e (c) o saldo remanescente terá a destinação que a assembleia geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará (i) ao aumento da participação acionária detida pelo emissor nas suas controladas e/ou coligadas, (ii) ao reforço de capital, e/ou (iii) ao pagamento de dividendos.	O estatuto social do emissor em vigor desde 25.07.2008 prevê que o lucro líquido verificado anualmente terá a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital social; (b) 25%, no mínimo, calculados com os ajustamentos da Lei, para pagamento de dividendos aos acionistas; e (c) o saldo remanescente terá a destinação que a assembleia geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará (i) ao aumento da participação acionária detida pelo emissor nas suas controladas e/ou coligadas, (ii) ao reforço de capital, e/ou (iii) ao pagamento de dividendos.	O estatuto social do emissor que vigor 31.12.2007 previa que o lucro líquido verificado anualmente teria a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital social; e (b) 25%, no mínimo, calculados com os ajustamentos da Lei, para pagamento de dividendos aos acionistas. Previa também que o saldo remanescente do lucro líquido teria a destinação que fosse determinada pela assembleia geral por proposta dos órgãos de administração, observadas as limitações legais.
Regras sobre distribuição de dividendos	Após deduzida a percentagem destinada à reserva legal, poderá ocorrer a distribuição de dividendos intermediários por conta dos lucros apurados, por deliberação do conselho de administração.	Após deduzida a percentagem destinada à reserva legal, poderá ocorrer a distribuição de dividendos intermediários por conta dos lucros apurados, por deliberação do conselho de administração.	Após deduzida a percentagem destinada à reserva legal, poderá ocorrer a distribuição de dividendos intermediários por conta dos lucros apurados, por deliberação do conselho de administração.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Foi constituída reserva especial de dividendos nos termos do § 5º do art. 202 da Lei de Sociedades por Ações.	Anual.	Anual.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há restrição prevista.	Não há restrição prevista.	Não há restrição prevista.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008
Lucro líquido ajustado	14.071.895,37	24.075.005,53	27.139.864,57
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	30,578890
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	8,704960
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	8.299.069,24
Lucro líquido retido	14.071.895,37	24.075.005,53	18.840.795,33
Data da aprovação da retenção	30/04/2010	30/04/2009	30/04/2008

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00			
Dividendo Obrigatório						
Ordinária					3.442.320,00	16/06/2008
Preferencial	Preferencial Classe A				857.520,16	16/06/2008
Ordinária					3.201.660,00	16/12/2008
Preferencial	Preferencial Classe A				797.569,08	16/12/2008

Participações Industriais do Nordeste

Conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Informar se, nos últimos 3 exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram declarados e pagos, dividendos à conta de Reserva Especial de Dividendos R\$ 1.792 mil e R\$ 13.209 mil à conta de Reserva Estatutária.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	141.755.962,96	Índice de Endividamento	1,39000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	3.677.871,32	23.664.238,02	33.916.780,28	19.896.764,42	81.155.654,04
Total	3.677.871,32	23.664.238,02	33.916.780,28	19.896.764,42	81.155.654,04
Observação					

Participações Industriais do Nordeste

»S

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes foram divulgadas.

Participações Industriais do Nordeste

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Ao emissor

A Participações Industriais do Nordeste é uma companhia holding e depende do resultado de suas investidas.

A Participações Industriais do Nordeste é uma holding operacional e a capacidade de honrar suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas, inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio, depende do fluxo de caixa e dos lucros das suas subsidiárias e da distribuição destes lucros na forma de dividendos e juros sobre capital próprio.

Algumas das subsidiárias estão ou poderão futuramente estar sujeitas a contratos de empréstimo que restrinjam ou limitem a transferência de dividendos ou outros recursos aos acionistas. Adicionalmente, a Companhia pode alienar estas participações, ou suas subsidiárias podem ser objeto de incorporações, cisões ou fusões, o que pode impactar negativamente o fluxo de dividendos a receber.

b. Ao seu controlador direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador tem poder de deliberação.

Nossos acionistas controladores têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija a aprovação de acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e políticas de dividendos. Os interesses de nossos acionistas controladores poderão diferir ou conflitar com os interesses de nossos acionistas minoritários.

c. Às Controladas e Coligadas da Companhia

Decisões desfavoráveis em litígios pendentes

Latapack-Ball: está envolvida em ações fiscais que, em caso de decisão desfavorável, podem vir a afetar de forma negativa seus resultados operacionais e condição financeira. De acordo com os seus assessores jurídicos, o desfecho desses processos será favorável, de forma que a Latapack-Ball não constitui qualquer provisão no balanço patrimonial.

Concorrência no mercado de atuação

Latapack-Ball: o mercado local de latas de alumínio apresenta elevada concorrência, que poderá afetar adversamente suas margens operacionais e o resultado de suas operações.

Custos sujeitos a variações no preço da matéria prima

Latapack-Ball: não faz hedge de sua exposição a flutuações do preço do alumínio, que está vinculado ao preço desta commodity no mercado internacional e também à taxa de câmbio Real/Dólar. Apesar de ter contratos com seus clientes prevendo o repasse dos aumentos no preço desta matéria-prima ao preço de seus produtos, normalmente existe uma defasagem entre a mudança do preço do alumínio e a

Participações Industriais do Nordeste

data na qual a controlada efetivamente repassa tal aumento de custo aos seus clientes no Brasil. Por conseguinte, se no futuro o preço do alumínio subir bruscamente (por exemplo, por conta de grande desvalorização cambial), talvez a controlada não consiga repassar imediatamente todos os aumentos correspondentes a estes custos aos seus clientes no Brasil, o que provavelmente reduziria temporariamente sua margem bruta e seu lucro líquido, afetando negativamente sua performance financeira, de forma geral.

Perdas não cobertas por seguros

Latapack-Ball: mantém contratos de seguro em diferentes modalidades, exigidas ou não por lei, tais como apólices de responsabilidade civil e de danos causados por incêndios, explosões ou queda de raios. A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que eventualmente não estejam cobertas por tais apólices ou que excedam os limites destas, poderão acarretar custos adicionais não previstos, podendo afetar de forma negativa os seus resultados e condição financeira.

Dependência de poucos fornecedores para obtenção de matéria-prima

Latapack-Ball: a Novelis é a principal fornecedora de alumínio da Latapack-Ball e também é a única fabricante deste produto no Brasil, atualmente. Problemas de produção deste fornecedor podem implicar num desabastecimento temporário da Companhia, o que poderá prejudicar seu resultado. A alternativa de abastecimento em caso de problemas de produção da Novelis seria a importação do alumínio. Em função do demorado prazo para recebimento de produtos importados, a controlada poderá ficar sem matéria prima para sua produção, o que acarretará na redução de sua vendas e, conseqüentemente, na redução do seu resultado líquido.

Inadimplência

Latapack-Ball: a política de vendas da Latapack-Ball se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido por meio da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco).

Sazonalidade nas vendas

Latapack-Ball: a Companhia atua no setor de embalagens, com foco no segmento de bebidas, especialmente cervejas, que apresenta sazonalidade nas vendas ao longo do ano, tornando a empresa sujeita a oscilações no resultado. Adicionalmente, este setor é bastante sensível a variações de renda da população. Desta forma, em momentos de forte aperto monetário, onde se verifique uma sensível redução de renda, pode ser apresentada uma redução no resultado operacional, por retração nas vendas.

Ajustes futuros de tributos incidentes sobre produtos vendidos e comprados.

Latapack-Ball: a Latapack-Ball é beneficiada por alguns incentivos fiscais (notadamente, redução de ICMS a recolher). Ajustes futuros de tributos sobre os produtos vendidos ou comprados pela Companhia podem reduzir os incentivos fiscais apurados pela mesma, afetando negativamente o resultado da Empresa.

Participações Industriais do Nordeste

Rígida regulamentação ambiental

Latapack-Ball: a Companhia está sujeita à rigorosa legislação ambiental brasileira, federal, estadual e municipal relativa à saúde humana, ao manejo e descarte de resíduos sólidos e perigosos e às descargas de poluentes na atmosfera e na água. Caso a legislação ambiental se torne mais rigorosa no Brasil e no mundo, o valor e cronograma de futuros investimentos necessários à observância da referida legislação podem aumentar substancialmente, podendo reduzir a disponibilidade dos recursos da Companhia para outros investimentos de capital e outras finalidades e afetar adversamente sua performance financeira em geral.

Participações Industriais do Nordeste

vas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

Latapack-Ball: a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia constantemente monitora mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance, além de adotar uma política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Latapack-Ball identifica a possibilidade de redução do risco inerente aos seus clientes com a diversificação de seu contas a receber.

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Participações Industriais do Nordeste****4.3 Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:****Tributários**

PROCESSOS		
Número	6043/2005	218485/2009
Juízo	Anexo Fiscal da Comarca de Jacareí/SP	Administrativo
Instância	2ª	2ª
Data de Instauração	11/5/2005	27/3/2009
Partes no Processo	Procuradoria da Fazenda Nacional X Latapack Ball Embalagens Ltda.	Procuradoria da Fazenda Nacional X Latapack Ball Embalagens Ltda.
Valores Envolvidos	R\$ 3.096.034,70	R\$ 5.789.182,27
Principais Fatos	Execução fiscal fundada em inscrição em dívida ativa de IPI, referente aos períodos de apuração 2000/2001, relativos à filial de Jacareí. Embora com erro formal (recolhimento foi efetuado centralizadamente pela matriz na Bahia), os valores se encontram devidamente recolhidos aos cofres públicos.	Auto de infração e imposição de multa fundada em suposto crédito indevido do ICMS no período de abril de 2004 a dezembro de 2008.
Chances de Perda	Remota	Remota
Análise do Impacto em caso de perda	Trata-se de débito extinto pelo pagamento, sendo as chances de perda consideradas remotas.	Caso a decisão final no âmbito administrativo seja desfavorável, a empresa discutirá judicialmente a exigência.
Valor provisionado	Não existe provisão, devido à remota chance de perda.	Não existe provisão, devido à remota chance de perda.

Trabalhistas

Não aplicável, pois não existem processos trabalhistas relevantes para serem descritos nesta seção.

Cíveis

Não aplicável, pois não existem processos cíveis relevantes para serem descritos nesta seção.

Outros

Não aplicável, pois não existem outros processos relevantes para serem descritos nesta seção.

Participações Industriais do Nordeste

ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes que não estão sob sigilo e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, investidores do emissor ou de seus controladores:

Não aplicável, visto que nem a Companhia nem suas controladas possuem demandas desta natureza.

Participações Industriais do Nordeste

4.5 Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

Não aplicável, pois não há processos sigilosos ou em segredo de justiça, em que figurem como parte ativa ou passiva a Companhia ou suas controladas.

trativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos

Participações Industriais do Nordeste

4.6 Os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte:

Não há processos que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia seja parte.

Com relação às controladas, existem processos cíveis da PQ Seguros S.A. que em conjunto se tornam relevantes, conforme informado na planilha abaixo.

Conforme determinação da SUSEP, os valores provisionados abaixo mencionados são integralmente garantidos por aplicações em títulos públicos federais (LFT).

Juízo	Partes no Processo	Valores Envolvidos	Valores Provisionados	Prática que Causou a Contingência
Juízos Cíveis	Ex-segurados X PQ Seguros S.A.	R\$ 4.185.640,76	R\$ 4.185.640,76	Ações relacionadas à cobrança de indenização de seguro, com diversas teses processuais, de apólices emitidas pela PQ Seguros S.A. até o ano de 1995.

Participações Industriais do Nordeste

ites

4.7 Outras contingências relevantes:

Não existem contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Participações Industriais do Nordeste

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, pois o emissor não é estrangeiro.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois o emissor não é estrangeiro.

c. hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável, pois o emissor não é estrangeiro.

d. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois o emissor não é estrangeiro.

Participações Industriais do Nordeste

Riscos de mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios. Os contratos firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas CDI, SELIC, IPCA, IGP-M, etc. Riscos cambiais também afetam a Companhia diretamente, uma vez que a Latapack-Ball, controlada operacional da Companhia, tem sua margem operacional indexada ao dólar mantendo grande parte de seu endividamento bancário indexado a esta moeda.

Riscos cambiais

Por ter sua margem operacional indexada ao dólar, a controlada Latapack-Ball mantém grande parte de seu endividamento bancário indexado a esta moeda. Esta estratégia se traduz num hedge natural do fluxo de caixa da empresa.

Todavia, se ocorrer uma significativa desvalorização do real em relação ao dólar, é possível que haja uma deterioração dos resultados da Latapack-Ball no curto prazo. Como o montante de dívida indexada em dólar é bem maior do que o resultado operacional da Controlada, no caso de uma grande desvalorização cambial, haverá um descasamento temporário entre o impacto no resultado operacional (positivo com efeito no longo prazo) e o impacto na despesa financeira (negativo com efeito no curto prazo). No longo prazo, estas variações convergirão para um valor muito próximo.

Risco relacionados às taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas são indexadas ao CDI (certificado de depósito interbancário). Reduções na taxa de juros base (SELIC) implicarão em diminuição do resultado. Adicionalmente, parte do passivo operacional (notadamente parcelamento de tributos) também é indexado à taxa SELIC, de modo que com a redução da taxa de juro, parte da redução da receita financeira das aplicações será compensada com a redução das despesas financeiras da atualização destes tributos parcelados.

Flutuações nas taxas de juros do mercado internacional não ocasionarão alterações relevantes no resultado da Companhia.

Riscos relacionados à inflação

A controlada Latapack-Ball têm parte relevante de seus gastos fixos com histórico de variação próximos aos índices de inflação. Contudo, nos preços de venda praticados junto aos clientes há parâmetros nas fórmulas que prevêem o repasse de tais variações. Portanto, entendemos que não há riscos ao resultado operacional da Companhia por conta de variação dos índices de inflação doméstica.

Por outro lado, entendemos que não há riscos ao resultado da Companhia por conta de variação dos índices de inflação internacional.

Riscos relacionados ao preço dos commodities (aço, diesel, energia elétrica, etc.)

Riscos de mercado

Participações Industriais do Nordeste

O principal insumo na produção de latas é o alumínio, cujo preço sofre flutuações em função da volatilidade da cotação desse insumo bem como da variação da cotação do dólar norte-americano.

Esse risco é mitigado com os contratos de vendas firmados com os clientes que assumem a volatilidade na cotação do alumínio e a variação do dólar até o momento do faturamento.

A inflação e as medidas governamentais para combatê-la poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá vir a causar um efeito adverso nas atividades da Companhia e no mercado de capitais brasileiro.

O Brasil teve, no passado, taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real, em 1994. De acordo com o IGP-M, as taxas de inflação no Brasil foram de 3,8% em 2006, 7,8% em 2007, 9,8% em 2008 -1,7% em 2009. De acordo com o IPCA, as taxas de inflação de preços no Brasil foram de 3,1% em 2006, 4,5% em 2007, 5,9% em 2008 e 4,3% em 2009. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação incluem a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros e a consequente limitação à disponibilidade de crédito e a redução do crescimento econômico. A inflação, as medidas para combatê-la e as prováveis medidas adicionais também contribuem de forma significativa para a incerteza econômica no Brasil.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, uma eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal pode vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e na redução do poder aquisitivo da população, o que resultaria na diminuição da demanda dos produtos da Companhia e na redução das vendas líquidas. Uma elevação na taxa de inflação pode, ademais, aumentar alguns dos custos e despesas da Companhia, que talvez não consiga repassá-los aos clientes, o que pode, em consequência, reduzir suas margens de lucro e o seu lucro líquido. Além disso, um aumento da taxa de inflação pode gerar uma elevação na taxa de juros interna, o que, por conseguinte, elevaria os custos do serviço com dívidas expressas em reais da Companhia, acarretando lucro líquido menor. A elevação da taxa de inflação e seu efeito sobre a taxa de juros interna podem, ademais, acarretar redução da liquidez nos mercados internos de capitais e de crédito, o que afetaria a capacidade da Companhia de refinar seu endividamento.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, pode vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades e nos resultados operacionais da Companhia.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, situação financeira

Participações Industriais do Nordeste

Riscos de mercado

e os resultados operacionais da Companhia podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- movimentos de taxas de câmbio;
- taxas de políticas de controle;
- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, ou "PIB";
- inflação;
- política fiscal;
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; e
- instabilidade social e política.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Sendo assim, tais incertezas e os acontecimentos futuros na economia brasileira podem prejudicar as atividades e os resultados operacionais da Companhia.

As informações quantitativas referentes aos riscos acima mencionados estão demonstradas no item 5.3.

Participações Industriais do Nordeste

nciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

Conforme mencionado no item 5.1 acima, os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e busca proteção são: risco de crédito, cambial, de liquidez e as oscilações da taxa de juros e inflação.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia está sujeita a riscos de mercado inerentes principalmente ao caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, a Companhia mantém disponibilidades com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição financeira em particular.

Latapack-Ball

No que se refere ao contas a receber, a política de vendas adotada pela Latapack-Ball se subordina às normas de crédito fixadas pela Administração da empresa, que procura minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido por meio da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco).

Para compensar a exposição da margem operacional da empresa ao dólar, grande parcela dos empréstimos e financiamentos estão vinculados ao dólar norte-americano. A controlada também apresenta parte de seu endividamento em dólar atrelada a taxas de juros flutuantes (Libor de 6 meses). Nesses casos, a curva futura da Libor é avaliada periodicamente de modo a definir a manutenção das taxas em Libor flutuante ou a fixação da mesma para os períodos vencidos.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Latapack-Ball

A controlada contrata operações de derivativos de moedas como forma de proteção do seu fluxo de caixa futuro e, sempre que não há perspectiva de geração de caixa suficiente no curto prazo, também são contratadas operações de derivativos de moedas para proteção do caixa destinado à amortização de obrigações indexadas em dólar. A empresa tem como diretriz a contratação de empréstimos e financiamentos, preferencialmente, indexados ao dólar norte americano. Operações de derivativos de SWAP de Libor também são contratadas pela Latapack-Ball.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração desses riscos é efetuada por meio de estratégias operacionais e determinação de limite de posições, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Participações Industriais do Nordeste

nciamento de riscos de mercado

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A política da Companhia não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos, bem como não possui operações com derivativos exóticos.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera adequada a estrutura, conforme explicado no item "f" acima.

Participações Industriais do Nordeste

principais riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ao longo do último exercício social.

Participações Industriais do Nordeste

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes (em arquivo):

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	26/10/1976
Forma de Constituição do Emissor	Subscrição particular.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/12/1983

Participações Industriais do Nordeste

6.3 Breve histórico do emissor

Constituição:

A Participações Industriais do Nordeste S.A. foi constituída em 26.10.1976, tendo como fundadores os seguintes acionistas:

- Sylvio de Góes Mascarenhas;
- Clemente Mariani Bittencourt;
- Eduardo Mariani Bittencourt;
- Carlos Mariani Bittencourt;
- Hamilton Prisco Paraíso;
- Carlos Tertuliano de Góes;
- Bahia Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.; e
- Humberto Duder Peixoto.

Alterações na denominação social:

BBI Participações S.A. (de 26.10.1976 a 25.08.1983)

BBM Participações S.A. (de 25.08.1983 a 30.04.2002)

Participações Industriais do Nordeste S.A. (de 30.04.2002 até os dias atuais)

Alteração no registro perante a BM&F BOVESPA S.A.:

Em 09.03.2009, a Companhia altera seu registro perante a BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro, de companhia aberta para negociação em bolsa de valores para companhia aberta para negociação no mercado de balcão não organizado.

Eventos societários relevantes:

Em 28.09.2001

Cisão parcial da Companhia para criação de duas novas empresas: BBM Empreendimentos S.A. e BBM Investimentos S.A.

Em 01.07.2003

Cisão parcial da Companhia, vertendo seu patrimônio na PIN Petroquímica Participações S.A.

Em 30.07.2004

Incorporação da PQ Investimentos e Participações Ltda., da qual detinha 99,99% das quotas.

Em 23.03.2005

Emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Em 16.05.2005

Celebração de acordo de acionistas do emissor.

Em 03.09.2008

Redução do capital social do emissor tendo os seus acionistas recebido, como forma de restituição do capital investido, (i) parcela do ativo da Companhia representado pelo investimento detido na Zínia Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.851.532/0001-56, correspondente a 9.330.608 ações ordinárias nominativas de emissão desta última no valor total de R\$ 16.344.067,05, e (ii) R\$ 1.989,02 em moeda corrente nacional.

Participações Industriais do Nordeste

s ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando

a. Evento

Redução do capital social do emissor no montante de R\$ 16.346.056,07, conforme deliberações aprovadas nas Assembleias Gerais realizadas em 03.09.2008 e em 30.12.2008.

b. principais condições do negócio

A operação em questão foi realizada por se considerar excessivo o montante atribuído à época ao capital social do emissor, tendo a mesma se sujeitado às condições estipuladas nos arts. 173 e 174 da Lei nº 6.404/76.

Considera-se tal evento relevante não apenas em função do valor envolvido, mas também porque os acionistas receberam, como forma de restituição do capital investido, (i) parcela do ativo da Companhia representado pelo investimento detido na Zínia Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.851.532/0001-56, correspondente a 9.330.608 ações ordinárias nominativas de emissão desta última no valor total de R\$ 16.344.067,05, e (ii) R\$ 1.989,02 em moeda corrente nacional.

c. sociedades envolvidas

Zínia Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.851.532/0001-56.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

O quadro acionário do emissor não sofreu qualquer alteração em função da operação ora referida.

e. quadro societário antes e depois da operação

O quadro acionário do emissor não sofreu qualquer alteração em função da operação ora referida.

Participações Industriais do Nordeste

ência fundado em valor relevante ou de recuperação

6.6 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não aplicável, pois nunca houve pedido de falência para o emissor.

Participações Industriais do Nordeste

6.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O emissor é o principal mantenedor da Fundação Clemente Mariani, desde 30.04.2004.

emissor e suas controladas

Participações Industriais do Nordeste

7.1 Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Atividades do emissor:

Participação no capital de outras sociedades, bem como, mediante a celebração de contratos, a prestação de serviços de contabilidade, auditoria interna, processamento de dados, assessoramento legal e contratual, programação visual e comunicações, administrações de recursos humanos, organização e métodos, serviços gráficos e de reprodução, serviços administrativos em geral, consultoria técnica econômico financeira. A empresa tem sede na Cidade de Salvador no Estado da Bahia, e filiais na Cidade e Estado de São Paulo e na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Atividades das controladas diretas:

Latapack S.A.

Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal, diretamente ou através de subsidiária integral, bem como a participação em outras sociedades como acionista ou social quotista para a realização do seu objeto social. A empresa tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

MSB Participações S.A.

Participação no capital social de outras empresas como sócia ou acionista. A empresa tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

PIN Agropecuária Ltda.

Administração de imóveis rurais, próprios ou de terceiros. Exploração de atividades agrícolas e pastoris e a comercialização dos respectivos produtos. Prestação de serviços de planejamento administrativo-econômico-financeiro e de assessoria técnica administrativa. Promoção da incorporação por meio de terceiros, a construção, mediante a contratação de empresa construtora, bem como a alienação, permuta ou venda de unidades respectivas ou de direitos a elas relativos, diretamente ou mediante a contratação de empresa imobiliária, e a entrega pronta e acabada, de um empreendimento imobiliário. Participação, na qualidade de quotista ou de acionista, no capital de outras sociedades. A empresa tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e filial na Cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

PQ Seguros S.A.

A empresa tem por objeto a exploração das operações de seguros do ramo vida, mas atua apenas no ramo de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. A empresa tem sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, e filial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Atividades das controladas indiretas:

Latapack Participações Ltda.

Participação no capital social de outras empresas como sócia ou acionista. A empresa tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Latapack-Ball Embalagens Ltda.

emissor e suas controladas**Participações
Industriais do Nordeste**

Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal. Compra, venda, distribuição, importação e exportação de sucata de alumínio e resíduos do processo de fabricação de latas de metal e tampas para latas de metal. Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista. Importação de óleo lubrificante acabado. A empresa tem sede na Cidade de Simões Filho, Estado da Bahia e filiais nas Cidades de São Paulo e Jacareí no Estado de São Paulo e no Município de Três Rios no Estado do Rio de Janeiro.

Atividades operacionais

Participações Industriais do Nordeste

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

(i) Latapack-Ball: latas de alumínio, comercializadas para o mercado nacional de bebidas carbonatadas, especialmente cervejas.

(ii) PQ Seguros: seguradora, em processo de *run-off* desde dezembro de 1995 (ano em que deixou de emitir apólices de seguros), repondendo atualmente apenas pelos sinistros ocorridos até novembro daquele ano. Atualmente, a PQ Seguros integra apenas o Convênio DPVAT, não atuando em nenhum outro ramo de seguro.

(iii) PIN Agropecuária: possui, em parceria com uma empresa loteadora, dois loteamento em Itupeva/SP: Horizonte Azul I, lançado em 1995, composto de 517 lotes residenciais, já totalmente vendidos; e Horizonte Azul II, lançado em 2005, com 326 lotes residenciais (146 vendidos).

(iv) Latapack Participações: empresa holding, sem investimentos permanentes.

(v) MSB Participações: empresa holding, sem investimentos permanentes.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita por segmento	2009	2008	2007
Latapack-Ball	116.086.021,64	110.037.739,70	92.823.406,26
PQ Seguros ⁽¹⁾	21.872.438,62	17.247.443,79	14.562.311,96
PIN Agropecuária ⁽¹⁾	1.408.681,57	1.042.614,75	676.996,97
Outros ⁽¹⁾	663.290,71	620.704,91	48.531.639,17
Total	140.030.432,54	128.948.503,15	156.594.354,36

(1) Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as receitas destes segmentos não estão alocadas na Receita Líquida, mas em contas específicas da Demonstração do Resultado

% Rec. por segmento	2009	2008	2007
Latapack-Ball	83%	85%	59%
PQ Seguros ⁽¹⁾	16%	13%	9%
PIN Agropecuária ⁽¹⁾	1%	1%	0%
Outros ⁽¹⁾	0%	0%	31%
Total	100%	100%	100%

(1) Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as receitas destes segmentos não estão alocadas na Receita Líquida, mas em contas específicas da Demonstração do Resultado

Atividades operacionais

Participações Industriais do Nordeste

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Lucro por segmento	2009	2008	2007
Latapack-Ball	12.705.138,26	12.456.595,65	10.256.916,26
PQ Seguros	823.466,90	505.868,54	3.262.659,51
PIN Agropecuária	372.094,34	119.953,61	-414.909,04
Outros	171.195,87	10.992.587,73	13.819.902,81
Total	14.071.895,37	24.075.005,53	26.924.569,54

% Lucro por segmento	2009	2008	2007
Latapack-Ball	90%	52%	38%
PQ Seguros	6%	2%	12%
PIN Agropecuária	3%	0%	-2%
Outros	1%	46%	51%
Total	100%	100%	100%

Participações Industriais do Nordeste

e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

Latapack-Ball: o processo de produção da lata de alumínio consiste basicamente de (i) compra do alumínio; (ii) transformação do alumínio nas 2 partes que compõem a lata de alumínio, quais sejam tampa e corpo da lata; e (iii) venda aos clientes.

PQ Seguros: a companhia não mantém operações industriais.

PIN Agropecuária: a companhia não mantém operações industriais.

b. características do processo de distribuição

Latapack-Ball: as latas e tampas saem de suas respectivas unidades produtivas e são distribuídas diretamente para as fábricas dos clientes, unicamente por frete rodoviário.

PQ Seguros: a companhia não mantém operações industriais.

PIN Agropecuária: a companhia não mantém operações industriais.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

I. participação em cada um dos mercados

Latapack-Ball: segundo a Abralatas, a participação da Latapack-Ball no mercado de latas foi de 15,9% em 2009.

PQ Seguros: a companhia está em processo de run-off de 1995 e integra apenas o Convênio DPVAT (participação de 0,83%), não atuando em nenhum outro ramo de seguro.

II. condições de competição nos mercados

Latapack-Ball: a competição no mercado de latas é de livre concorrência. Atualmente, há quatro competidores neste mercado (sendo três produtores de latas de alumínio e um produtor de latas de aço).

d. eventual sazonalidade

Latapack-Ball: as vendas de latas de alumínio sofrem forte influência do clima, temperatura do ambiente, feriados e festividades. Desta forma, as vendas sofrem impacto negativo ao longo do segundo trimestre do ano (período de formação de estoque) e impacto positivo de novembro a fevereiro (período de redução de estoque).

PQ Seguros: o ramo de seguros DPVAT possui correlação direta com a frota de veículos do país, em especial das categorias cobertas pelo Seguro DPVAT, como carros, ônibus e caminhões. Em razão da previsão legal do vencimento do prêmio do Seguro DPVAT coincidente com o pagamento do IPVA, verifica-se uma sazonalidade na arrecadação dos prêmios em função da diversidade dos calendários anuais de cada Estado, com forte concentração no primeiro semestre de cada ano.

Participações Industriais do Nordeste

e serviços relativos aos segmentos operacionais

PIN Agropecuária: o mercado imobiliário, em especial o de loteamentos destinados a 2ª residência/lazer, é bastante influenciado pelo ambiente macroeconômico, apresentando os melhores resultados nos períodos de expansão e queda acentuada nas vendas em períodos de retração da economia.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

I. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Latapack-Ball: a empresa compra seus insumos básicos da Novelis (fornecedor de alumínio), Cromos e General Products (fornecedor de tintas) e Akzo e Valspar (fornecedor de verniz) desde a inauguração de sua fábrica, em 1997. Os contratos em vigência são de médio prazo e não há controle ou regulamentação governamental no setor.

II. eventual dependência de poucos fornecedores

Latapack-Ball: a empresa sofre forte dependência da Novelis, única fornecedora de folhas de alumínio. Adicionalmente, os outros insumos fundamentais no processo de produção como tinta e verniz possuem apenas dois fornecedores, a saber: Cromos e General Products e Akzo e Valspar, respectivamente.

III. eventual volatilidade em seus preços

Latapack-Ball: os preços dos insumos alumínio e tinta/verniz sofrem forte influência das cotações do minério alumínio e do barril do petróleo no mercado internacional, respectivamente.

ais de 10% da receita líquida total

**Participações
Industriais do Nordeste**

7.4 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

	Cervejaria Petrópolis S.A	Cervejarias Kaiser Brasil S.A	Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S.A
a) montante total das receitas provenientes do cliente	114.784.762,9	19.391.564,56	16.639.083,01
b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente	Venda de latas e tampas de alumínio	Venda de latas e tampas de alumínio	Venda de latas e tampas de alumínio

Participações Industriais do Nordeste

Regulação estatal nas atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não aplicável, pois o emissor não necessita de autorização governamental para o exercício de suas atividades.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Não aplicável, pois o emissor não possui política ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não aplicável, pois não há dependência de tais institutos para o desenvolvimento das atividades do emissor.

ntes do exterior

Participações Industriais do Nordeste

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor:

A receita proveniente do país de origem do emissor é de R\$ 183.618,768,20, que representa 99% da receita líquida total.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:

A receita proveniente de países estrangeiros não tem valor relevante na receita do emissor, pois é obtida através da consolidação do Balanço Patrimonial da coligada indireta Latapack-Ball Embalagens Ltda., e nesta representa menos de 1% da receita líquida total.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor:

A receita proveniente de países estrangeiros não possui participação relevante na receita líquida total do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

eira nas atividades

7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor:

A regulação dos países estrangeiros de quem o emissor obtém receita não afeta de forma significativa os negócios do emissor, pois representam menos de 1% da receita total.

vantes

Participações Industriais do Nordeste

7.8 Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Não aplicável, pois não há relações de longo prazo relevantes que não figurem em outra parte do Formulário.

Participações Industriais do Nordeste

»S

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste

8.1 Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

O emissor tem como controladores diretos: Auriga Participações S.A., Bela Vista Participações S.A., EM Participações S.A., Figusbel Participações S.A., LM Participações S.A., Mabe Participações S.A., Monembasia Participações S.A. e Mucugê Participações S.A.

O emissor tem como controladores indiretos: Angela Mariani Bittencourt, Carlos Mariani Bittencourt, Eduardo Mariani Bittencourt, Filipe Eduardo Moreau, Glória Maria Mariani Bittencourt, Luiz Clemente Mariani Bittencourt, Maria Clara Mariani Bittencourt e Pedro Henrique Mariani Bittencourt.

b. controladas e coligadas

O emissor tem como controladas diretas: Latapack S.A., MSB Participações S.A., PIN Agropecuária Ltda. e PQ Seguros S.A.

O emissor tem como controladas indiretas: Latapack Participações Ltda. e Latapack-Ball Embalagens Ltda.

c. participações do emissor em sociedades do grupo

Além das empresas relacionadas acima, o emissor participa no capital social da Farol da Barra Participações Ltda.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Auriga Participações S.A., Bela Vista Participações S.A., EM Participações S.A., Figusbel Participações S.A., LM Participações S.A., Mabe Participações S.A., Monembasia Participações S.A. e Mucugê Participações S.A.

e. sociedades sob controle comum

PIN Petroquímica Participações S.A. e Aleutas S.A.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	03/11/2008
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Ver item 6.5.

Participações Industriais do Nordeste

»S

8.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

relevantes - outros

Participações Industriais do Nordeste

9.1 Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor:

Todos os bens do ativo-circulante, relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia serão descritos nos itens (a) e (b).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
8 aquarelas 46,5x14 cm - acervo Dr. Yan de Almeida Prado	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista - "Banco BBM" nº 820366994 - classe 36.30/70	Brasil	10 anos	Ressalvado o que dispõe o artigo 142 da lei 9279/96, desconhecemos quaisquer eventos que poderiam causar a perda dos direitos relativos às marcas do emissor.	Não há consequências relevantes para o emissor decorrentes da perda dos direitos sobre essa marca.
Marcas	Marca Mista "Banco BBM" nº 820367001 - classe 36	Brasil	10 anos	Ressalvado o que dispõe o artigo 142 da lei 9279/96, desconhecemos quaisquer eventos que poderiam causar a perda dos direitos relativos às marcas do emissor.	Não há consequências relevantes para o emissor decorrentes da perda dos direitos sobre essa marca.
Marcas	Marca Nominativa "PIN" - nº 825346282 - classe 36	Brasil	10 anos	Ressalvado o que dispõe o artigo 142 da lei 9279/96, desconhecemos quaisquer eventos que poderiam causar a perda dos direitos relativos às marcas do emissor.	Não há consequências relevantes para o emissor decorrentes da perda dos direitos sobre essa marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Latapack S.A.	00.742.204/0001-06	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal, diretamente ou através de subsidiária integral, bem como a participação em outras sociedades como acionista ou social quotista para a realização do seu objeto social.	60,020000
				Valor mercado				
31/12/2010	21,040000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	72.153.489,04		
31/12/2009	8,600000	0,000000	7.736.732,64					
31/12/2008	12,130000	0,000000	9.110.227,25					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O emissor, em razão de ser uma holding, mantém a participação nesta sociedade, com constante análise dos riscos aos quais está exposto e que possam afetar sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.								
MSB Participações S.A.	01.698.657/0001-37	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Participação no capital social de outras empresas como sócia ou acionista.	16,670000
				Valor mercado				
31/12/2010	-9,090000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	50.054,55		
31/12/2009	14,580000	0,000000	0,00					
31/12/2008	-22,220000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O emissor, em razão de ser uma holding, mantém a participação nesta sociedade, com constante análise dos riscos aos quais está exposto e que possam afetar sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
PIN Agropecuária Ltda.	16.489.312/0001-40	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Administração de imóveis rurais, próprios ou de terceiros. Exploração de atividades agrícolas e pastoris e a comercialização dos respectivos produtos. Prestação de serviços de planejamento administrativo-econômico-financeiro e de assessoria técnica administrativa. Promoção da incorporação por meio de terceiros, a construção, mediante a contratação de empresa construtora, bem como a alienação, permuta ou venda de unidades respectivas ou de direitos a elas relativos, diretamente ou mediante a contratação de empresa imobiliária, e a entrega pronta e acabada, de um empreendimento imobiliário. Participação, na qualidade de quotista ou de acionista, no capital de outras sociedades.	99,990000	
				Valor mercado					
31/12/2010	10,710000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	3.854.770,65			
31/12/2009	259,710000	0,000000	0,00						
31/12/2008	-29,860000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
O emissor, em razão de ser uma holding, mantém a participação nesta sociedade, com constante análise dos riscos aos quais está exposto e que possam afetar sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.									
PQ Seguros S.A.	15.104.490/0001-43	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Exploração das operações de seguros do ramo vida.	87,480000	
				Valor mercado					
31/12/2010	6,400000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	12.195.094,66			
31/12/2009	-15,310000	0,000000	0,00						
31/12/2008	18,440000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
O emissor, em razão de ser uma holding, mantém a participação nesta sociedade, com constante análise dos riscos aos quais está exposto e que possam afetar sua situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.									

Participações Industriais do Nordeste

»S

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste

Patrimoniais gerais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Participações Industriais do Nordeste S.A. é uma holding com participação direta nas sociedades PQ Seguros S.A., PIN Agropecuária Ltda., MSB Participações S.A. e Latapack S.A., além de participação indireta na Latapack-Ball Embalagens Ltda. e na Latapack Participações Ltda.

Desta forma, as informações financeiras apresentadas neste item 10 sempre farão referência às demonstrações financeiras consolidadas do emissor.

Nossa fonte de receita advém, em maior parte, da comercialização, pela Latapack-Ball Embalagens Ltda., de embalagens de alumínio destinadas ao mercado de bebidas e, em menor escala, do seguro DPVAT (PQ Seguros S.A.) e da venda de lotes residenciais pela PIN Agropecuária Ltda.

A diretoria acredita que o emissor apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para suportar suas operações de curto e médio prazo sem necessidade de investimento em capital de giro.

As disponibilidades acrescidas das aplicações financeiras são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade total de recursos de curto prazo. A diretoria acredita que a companhia tem condições patrimoniais que suportem suas operações e geração de caixa futura suficiente para suportar as expansões e liquidar as exigibilidades de longo prazo.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

I. hipóteses de resgate

II. fórmula de cálculo do valor de resgate

O capital social encontra-se dividido em 126.000 ações ordinárias e em 31.388 ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais classe A não têm direito a voto, mas fazem jus à (i) prioridade no reembolso do capital da Companhia no caso de sua liquidação, sem prêmio, (ii) prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item (ii) acima.

O Estatuto Social prevê que a Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B e classe C, sendo certo que (i) cada uma dessas ações, quando emitidas, dará direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, e (ii) cada acionista titular de ações preferenciais B ou C terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais B ou C que detiver limitado, em qualquer dos casos, ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente da quantidade de ações preferenciais B ou C que possuir, nos termos do §1º do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.

Não há disposição estatutária que preveja o resgate de ações, aplicando-se, portanto, o disposto na lei societária a respeito.

Participações Industriais do Nordeste

rimoniais gerais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O emissor encerrou o exercício de 2009 com disponibilidades e aplicações financeiras no valor de R\$ 80.126 mil, montante suficiente para cobrir suas obrigações totais de curto prazo (R\$ 55.348 mil) e parte relevante das exigibilidades de longo prazo.

A dívida bruta da companhia ao término de 2009 totalizava R\$ 81.156 mil, sendo R\$ 3.678 mil com vencimento em curto prazo e R\$ 77.478 mil com vencimento em médio e longo prazo, contemplando um déficit de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1.030 mil em relação aos empréstimos e financiamentos.

Considerando o perfil de endividamento do emissor, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez (o índice de liquidez corrente da companhia, calculado pela divisão do total dos ativos circulantes pela soma dos passivos circulantes, é de 2,2), a diretoria acredita que a companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Estrategicamente, o emissor procura manter sua disponibilidade de caixa em nível confortável para o apropriado desempenho das suas atividades operacionais. Deste modo, a geração operacional de caixa da companhia, juntamente com esta parcela de disponibilidade, é suficiente para a demanda de capital de giro líquido.

A companhia, atualmente, possui uma dívida decorrente do contrato de financiamento de longo prazo celebrado sua controlada entre Latapack-Ball Embalagens Ltda. e International Finance Corporation (IFC) para a construção de uma unidade fabril. Dada a perspectiva de crescimento do mercado de embalagens metálicas, o emissor tende a manter como prática a captação de recursos através de linhas que ofereçam taxas de juros mais baixas que a média do mercado privado, além de prazo de financiamento e carência também acima da média das linhas tradicionais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O emissor conta com a geração de caixa como fonte financiamento de seu capital de giro. Adicionalmente, a companhia dispõe de limites de crédito aprovados junto a instituições financeiras para suportar eventual excesso de demanda de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A companhia detinha, em 31 de dezembro de 2009, R\$ 81.156 mil em dívidas com instituições financeiras, sendo R\$ 3.678 em dívidas com vencimento ao

rmoniais gerais

Participações Industriais do Nordeste

longo do ano de 2010. O emissor teve uma geração operacional de caixa (GOC) de R\$ 4.260 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, o que representou um índice de dívida de curto prazo/GOC de 0,86, demonstrando que a companhia é capaz de liquidar suas dívidas de curtíssimo prazo junto a instituições financeiras sem a necessidade de utilização de suas disponibilidades de caixa.

O emissor possui o montante de R\$ 77.748 mil em dívidas de longo prazo provenientes, em sua maior parte, do financiamento da Latapack-Ball Embalagens Ltda. junto ao IFC para a construção adicional de uma unidade fabril. Como tal expansão aumentará a GOC a partir de 2010 e o vencimento deste contrato de financiamento é em 2017, a companhia avalia que seu nível de endividamento está adequado. Seguem abaixo os saldos relativos aos contratos de empréstimo e de financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2009 junto às instituições financeiras abaixo indicadas:

Descrição	Taxa média de juros e comissões	2009	2008
Moeda estrangeira			
Em dólares americanos	Libor + 1,03% a.a. a 3% a.a.	80.693	75.588
Em dólares americanos	6,7% a.a.	0	1.655
Moeda nacional			
Pós fixada	TJLP	463	434
		81.156	77.677
Passivo circulante		(3.678)	(5.200)
Exigível longo prazo		77.478	72.477

A tabela a seguir resume o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008:

	Vencimentos	
	2009	2008
2010	0	4.246
2011	8.921	10.399
2012	14.743	14.377
2013	18.770	13.843
2014	15.147	12.799
2015	15.147	12.799
2016	2.375	2.077
2017	2.375	2.077

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A totalidade dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, como explicado anteriormente, é proveniente, em quase sua totalidade, do financiamento

Participações Industriais do Nordeste

Finanças gerais

contratado pela Latapack-Ball Embalagens Ltda. junto ao IFC para a construção de uma unidade fabril adicional.

III. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A companhia deve observar restrições impostas pelo IFC quanto ao contrato de financiamento celebrado com a Latapack-Ball Embalagens Ltda., as quais impõem que esta última não viole os indicadores propostos no referido instrumento, a saber: (i) relação dívida líquida/EBITDA inferior a 3,00; (ii) relação dívida líquida/patrimônio líquido inferior a 1,00; (iii) ativo circulante/passivo circulante superior a 1,20.

Adicionalmente, o IFC impõe que a Latapack-Ball Embalagens Ltda. opte entre as duas opções sugeridas para distribuição de dividendos, a saber: opção 1: limite máximo de distribuição de 50% do lucro nos três primeiros anos do contrato (2009 a 2011) e limite máximo de distribuição de 75% do lucro a partir de 2012; opção 2: não há distribuição de dividendos em 2009 e limite máximo de distribuição de dividendos em 75% a partir de 2010.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2009, o emissor não possuía saldos a realizar de financiamentos já contratados. Os contratos firmados até então já haviam sido integralmente desembolsados, com os respectivos valores devidamente registrados nas contas do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

O balanço patrimonial a seguir reflete a estrutura das demonstrações financeiras consolidadas, auditadas pelos auditores independentes e seus valores são expressos em milhares de reais.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>Var.% 2009/ 2008</u>	<u>Var. % 2008 / 2007</u>
Ativo					
Circulante	121.331	125.175	97.893	-3%	28%
Disponibilidades	1.966	10.361	4.088	-81%	153%
Aplicações financeiras	78.160	68.775	50.188	14%	37%

Participações Industriais do Nordeste

rimoniais gerais

Contas a receber de clientes	14.955	20.254	17.087	-26%	19%
Estoques	17.237	19.592	19.945	-12%	-2%
Impostos a compensar e a recuperar	7.142	4.644	5.523	54%	-16%
Juros sobre capital a receber	-	60	54	-100%	11%
Outros créditos	1.660	184	1.008	802%	-82%
Imóveis a venda	-	1.119	-	-100%	100%
Despesas antecipadas	211	186	-	13%	100%
Não circulante	124.745	98.292	109.305	27%	-10%
Realizável a longo prazo	11.333	8.529	6.829	33%	25%
Créditos com empresas ligadas	2.237	19	91	11674%	-79%
Depósitos judiciais	2.923	2.730	1.880	7%	45%
Créditos tributários diferidos	1.001	2.562	1.883	-61%	36%
Impostos a recuperar	3.762	1.799	1.697	109%	6%
Outros créditos	1.410	1.419	1.278	-1%	11%
Investimentos	4.066	2.987	2.609	36%	14%
Outros investimentos	4.066	2.987	2.609	36%	14%
Imobilizado	108.273	85.659	92.311	26%	-7%
Intangível	1.073	1.117	628	-4%	78%
Diferido	-	-	6.928	-	100%
Total do ativo	246.076	223.467	207.198	10%	8%
	2009	2008	2007	Var.% 2009/ 2008	Var.% 2008/ 2007
Passivo					
Circulante	55.348	49.949	68.749	11%	-27%

Participações Industriais do Nordeste

Patrimoniais gerais

Empréstimos e financiamentos	3.678	5.200	26.805	-29%	-81%
Impostos a recolher - REFIS	-	-	134	-	-100%
Impostos e contribuições sociais	6.006	4.296	7.439	40%	-42%
Dividendos a pagar	103	103	199	0%	-48%
Fornecedores	3.123	10.708	8.540	-71%	25%
Participações nos lucros	220	242	204	-9%	19%
Outras contas a pagar	19.766	10.297	9.747	92%	6%
Sinistros a liquidar	20.537	17.000	14.317	21%	19%
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	1.528	1.630	1.364	-6%	20%
Parcelamento de tributos	59	-	-	100%	-
Outras provisões técnicas	328	473	-	-31%	100%
Não circulante	86.408	83.167	39.862	4%	109%
Empréstimos e financiamentos	77.478	72.477	13.216	7%	448%
Provisões para contingências	4.118	6.425	11.569	-36%	-44%
Receita diferida	3.879	4.203	6.985	-8%	-40%
Parcelamento de tributos	834	-	-	100%	-
Outras obrigações	99	62	8.092	60%	-99%
Participação dos acionistas não controladores	2.427	2.366	3.249	3%	-27%
Patrimônio líquido	101.893	87.985	95.338	16%	-8%
Capital social					
De domiciliados no país	54.373	54.373	45.750	0%	19%
Reserva de capital	71	71	71	0%	0%
Reserva de reavaliação	-	-	7.029	-	-100%
Reservas de lucros	47.613	33.541	42.488	42%	-21%
Ajuste de avaliação patrimonial	(164)	-	-	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	246.076	223.467	207.198	10%	8%

rimoniais gerais**Participações
Industriais do Nordeste**

Foram considerados como significativas, para fins de comparação, os valores que representam dentro do seu grupo contábil mais de 20%, e que sofreram variação (positiva ou negativa) maior que este percentual, entre um ano e o ano subsequente.

Aplicações Financeiras

O saldo de aplicações financeiras em 2008 foi de R\$ 68.775 mil, representando um aumento de 37% com relação ao ano de 2007 que foi de R\$ 50.188 mil, reflexo do aumento da aplicação em CDB feita pela controlada indireta Latapack-Ball Embalagens Ltda. O aumento deve-se ao recebimento do financiamento feito pela controlada indireta junto ao IFC, para dar início a construção de uma nova planta de produção de latas de alumínio na cidade de Três Rios no Estado do Rio de Janeiro. No ano de 2009 houve um aumento de 14% em relação a 2008, pois a mesma Latapack-Ball Embalagens Ltda. aumentou o investimento em CDB, em conexão ao mesmo contrato firmado junto ao IFC recebendo recursos adicionais para a expansão das fábricas de Jacareí e Simões Filho e para as aquisições na construção da nova fábrica de Três Rios.

Crédito com empresas ligadas

O saldo de créditos com empresas ligadas era de R\$ 91 mil em 31 de dezembro de 2007, referente ao contrato de mútuo que a companhia possuía com a empresa Agro Pastoril do Araguaia Ltda., sendo este liquidado em 2008. Ainda em 2008, o emissor celebrou contrato de mútuo com a Zínia Participações S.A., com saldo de R\$ 19 mil em 31 de dezembro de 2008, causando a variação negativa de 79% entre os dois anos.

No ano de 2009 a Participações Industriais do Nordeste S.A. celebrou contrato de mútuo com as empresas PIN Petroquímica S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo destes mútuos era de R\$ 1.950 mil e R\$ 287 mil, respectivamente, e o crédito com a Zínia Participações S.A. foi liquidado. A variação destas transações na demonstração financeira de 2009 em relação a de 2008 foi de 11.674%.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais em 2008 era de R\$ 2.730 mil e em 2007 R\$ 1.880 mil, representando uma variação de 45%. Isto se deve principalmente aos depósitos em juízo feitos pela controlada PQ Seguros S.A., para assegurar o pagamento de possíveis perdas em ações movidas contra a seguradora, no montante de R\$ 845 mil em 2008.

Créditos tributários diferidos

Em 2008 o saldo de créditos tributários diferidos era de R\$ 2.562 mil e em 31 de dezembro de 2007 de R\$ 1.883 mil, uma variação de 36%. A variação ocorrida de 2007 para 2008 deve-se principalmente às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras da controlada em conjunto indireta Latapack-Ball Embalagens Ltda., que possui prejuízos fiscais e despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do imposto de renda a ser compensado com lucros tributáveis futuros.

Participações Industriais do Nordeste

rimoniais gerais

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar em 2009 era de R\$ 3.762 mil e em 2008 este saldo era de R\$ 1.799 mil, houve uma variação de 109%. Isto se deve principalmente a variação do saldo de impostos a recuperar da controlada indireta Latapack-Ball Embalagens Ltda, que possui créditos de ICMS decorrentes do ativo permanente adquirido principalmente durante a instalação da terceira linha de produção da fábrica de Jacareí - SP e da construção da unidade fabril de Três Rios - RJ.

Outros investimentos

O saldo de outros investimentos em 2008 era de R\$ 4.066 mil e em 2009 de R\$ 2.987 mil, a variação de 36%, deve-se essencialmente a um imóvel do emissor no valor de R\$ 1.119 mil, classificado como disponível para venda no ano de 2008, e reclassificado para a conta Outros Investimentos em 2009.

Imobilizado

O saldo da conta de imobilizado variou em 26% entre 2009 e 2008, com saldos de R\$ 108.273 mil e R\$ 85.659 mil, respectivamente. Esta variação se deve substancialmente às aquisições de máquinas e equipamentos feitas pela Latapack-Ball Embalagens Ltda. na construção da nova unidade fabril de Três Rios, obra em andamento no período de 2009 com conclusão prevista para fevereiro de 2010.

Intangível e Diferido

Em 2007 o saldo de diferido era de R\$ 6.928 mil e em 2008 de zero, uma variação de 100%. O valor de intangível em 2007 era de R\$ 628 mil e em 2008 de R\$ 1.117 mil, uma variação de 78%. Estas variações referem-se à reclassificação de valores entre as duas contas. No ano de 2008, com a entrada em vigor da Lei nº 11.638/07, foi criado o subgrupo de contas intangível. Conforme regulamentação do CPC 04, foram reclassificados para este grupo de contas o saldo de software e os saldos de ágios a amortizar.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

A variação negativa de 81% verificada no saldo de empréstimos e financiamentos do circulante de R\$ 26.805 mil em 2007 para R\$ 5.200 mil em 2008, refere-se principalmente à liquidação em agosto de 2008 do financiamento da Latapack-Ball Embalagens Ltda. O financiamento foi contratado em 2006, junto ao banco Real ABN Amro Bank no valor de US\$ 2,023 mil, para aquisição de máquinas e equipamentos relacionados à instalação da terceira linha de produção da fábrica de Jacareí - SP.

Ainda em 2008, a controlada indireta Latapack-Ball Embalagens Ltda. efetuou um novo contrato no valor de US\$ 2,032 mil, com vencimento para agosto de 2009.

Na conta empréstimos e financiamentos do não circulante, a variação de R\$ 13.216 mil em 2007 para R\$ 72.447 mil em 2008, deve-se aos novos financiamentos e à renegociação de antigos, feitos pela mesma empresa.

Fornecedores

rimoniais gerais**Participações
Industriais do Nordeste**

A redução de 71% no saldo de fornecedores, entre 2008 e 2009, de R\$ 10.708 mil para R\$ 3.123 mil, respectivamente, refere-se principalmente à variação desta conta na controlada indireta Latapack-Ball Embalagens Ltda., que em 2008 deu início à construção da unidade fabril de Três Rios - RJ e à instalação da terceira linha de produção da unidade fabril de Jacareí - SP, ocasionando um aumento no fim deste ano. Em 2009, com a aproximação da conclusão das obras e instalações, houve a diminuição do saldo devido aos fornecedores de produtos.

Outras contas a pagar

O saldo de Outras contas a pagar, variou 92% entre 2009 e 2008, com saldos de R\$ 19.766 mil e R\$ 10.297 mil, respectivamente. Isto se deve principalmente à operação de hedge de alumínio contratada pela Latapack-Ball Embalagens Ltda. por solicitação da Fomento Econômico Mexicano S.A. (FEMSA). Todos os riscos e benefícios desta operação são assumidos pela FEMSA, que para garantir o custo de suas embalagens pede a seus fornecedores que contratem hedge para determinados volumes de metal.

Sinistros a liquidar

O saldo de sinistros a liquidar em 2008 era de R\$ 17.000 mil e em 2008 de R\$ 20.537 mil, variando 21%. Este saldo representa a provisão que a controlada PQ Seguros S.A. possui para a cobertura dos sinistros avisados, sendo composta substancialmente pelos valores devidos pelo emissor na proporção da sua participação no Consórcio de Seguros DPVAT. As provisões são atualizadas com base em estudos jurídicos e cálculos atuariais visando o pagamento de ações relacionadas a apólices de seguros emitidas pela Participações Industriais do Nordeste S.A.

Provisão para contingências

A redução de 44% do saldo de provisão para contingências, de R\$ 11.569 mil em 2007 para R\$ 6.425 mil em 2008, refere-se substancialmente à provisão para contingências da então controlada em conjunto indireta Mineração Caraíba S.A. Em 2007, o emissor controlava em conjunto indiretamente a Mineração Caraíba S.A. através da Zínia Participações S.A., porém, em 2008 a Participações Industriais do Nordeste S.A., deixou de fazer parte do capital desta sociedade, ocasionando esta variação.

Outras obrigações

A redução de 99% do saldo de outras obrigações de R\$ 8.092 mil em 2007 para R\$ 62 mil em 2008 deve-se principalmente ao fato de o emissor ter deixado de participar do capital da empresa Zínia Participações S.A. Logo, o saldo desta conta não integrou a demonstração consolidada de 2008.

A demonstração de resultado a seguir reflete a estrutura das demonstrações financeiras consolidadas, auditadas pelos auditores independentes e seus valores são expressos em milhares de reais.

Participações Industriais do Nordeste

Demonst. Financeiras em Milhares de Reais

Demonst. Financeiras em Milhares de Reais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>Var. % 2009/ 2008</u>	<u>Var. % 2008/ 2007</u>
Receita bruta das vendas	172.554	158.744	189.972	9%	-16%
Vendas de mercadorias					
Mercado interno	172.554	158.744	189.972	9%	-16%
Deduções sobre vendas	(56.588)	(48.773)	(49.632)	16%	-2%
Receita líquida de vendas	115.966	109.971	140.340	5%	-22%
Custo dos produtos vendidos	(93.191)	(85.606)	(94.415)	9%	-9%
Lucro bruto	22.775	24.365	45.925	-7%	-47%
Receitas (despesas) operacionais	(4.228)	2.397	(12.491)	276%	119%
Receita de prêmios de seguros	21.872	17.247	14.562	27%	18%
Rendas de prestação de serviços	663	621	1.015	7%	-39%
Resultado de participação em controladas e coligadas	(47)	14.527	-	100%	100%
Sinistros	(18.095)	(14.681)	(10.309)	23%	42%
Despesas tributárias	(2.745)	(159)	(452)	1626%	-65%
Despesas com vendas	(1.391)	(1.178)	(1.776)	18%	-34%
Despesas gerais e administrativas	(15.577)	(15.952)	(18.867)	-2%	-15%
Receitas financeiras	13.401	6.765	8.408	98%	-20%
Despesas financeiras	(9.400)	(7.354)	(4.550)	28%	62%
Outras, líquidas	7.091	2.561	(522)	177%	-591%
Resultado operacional	18.547	26.762	33.434	-31%	-20%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	18.547	26.762	33.434	-31%	-20%

Participações Industriais do Nordeste

rmoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.099)	(1.716)	(6.436)	22%	-73%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.562)	679	(248)	-330%	374%
Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores e de administradores e empregados no lucro	14.886	25.725	26.750	-42%	-4%
Participações de acionistas não controladores	(78)	(119)	(417)	-34%	-71%
Participações de administradores e empregados	(736)	(1.531)	(2.747)	-52%	-44%
Lucro líquido do exercício	14.072	24.075	23.586	-42%	2%

Foram considerados como relevantes, para fins de comparação, os valores que representam dentro do seu grupo contábil mais de 20%, e que sofreram variação (positiva ou negativa) de maior que este percentual, entre um ano e o ano subsequente.

Lucro Bruto

Em 2007, o lucro bruto do emissor foi de R\$ 45.925 mil e em 2008 de R\$ 24.365 mil, redução de 47%. Esta variação ocorreu devido à alienação da participação que a Participações Industriais do Nordeste S.A. possuía na Zínia Participações S.A. através de uma redução do capital social do emissor, refletindo no valor consolidado do lucro bruto.

Rendas de prestação de serviços

O saldo de rendas com prestação de serviços em 2007 era de R\$ 1.015 mil e em 2008 de R\$ 621 mil, uma redução de 39%, devido à renegociação e recálculo dos valores faturados pelo emissor na execução de serviços de natureza fiscal, contábil, financeiro, jurídico e administrativo para as demais empresas pertencentes ao grupo.

Receita de prêmios de seguro

A variação de receita de prêmios de seguro de 27% - que em 2008 era de R\$ 17.247 mil, e em 2009 foi de R\$ 21.872 mil -, deve-se exclusivamente à participação da controlada PQ Seguros S.A. no Consórcio do Seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Resultado de participação em coligadas

O saldo de participação em coligadas em 2008 no valor de R\$ 14.527 mil representou 100% a mais que em 2007, quando o saldo era zero. Esta variação refere-se ao resultado de equivalência no patrimônio da Zínia Participações S.A.

rimoniais gerais**Participações
Industriais do Nordeste**

que em 2007 era controlada indireta em conjunto do emissor, mas que, em 2008, deixou de ser.

Sinistros

O saldo da conta Sinistros foi de R\$ 18.095 mil em 2009, R\$ 14.681 mil em 2008 e R\$ 10.309 mil em 2007, o saldo desta conta representa as despesas pagas pela controlada PQ Seguros S.A. através do Consórcio do Seguro DPVAT, em decorrência de sinistros e despesas com sinistros do seguro DPVAT. Assim, as variações do saldo desta conta nos últimos 3 exercícios devem-se exclusivamente à participação que a controlada tem no Consórcio do Seguro DPVAT.

Despesas tributárias

No ano de 2009, o saldo da conta de despesas tributárias foi de R\$ 2.745 mil, 1.626% a mais que em 2008, que foi de R\$ 159 mil. Esta variação ocorreu devido à adesão do emissor ao programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, conforme previsto na Lei 11.941/09. O emissor solicitou o pedido de parcelamento dos débitos discutidos judicialmente a serem pagos em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Receitas financeiras

Em 2009 o saldo de receita financeira na demonstração consolidada do emissor era de R\$ 13.401 mil, o que equivale a um aumento de 98% em relação a 2008, quando a receita financeira apurada foi de R\$ 6.765 mil, reflexo principalmente do aumento no saldo desta conta na controlada indireta Latapack-Ball Embalagens Ltda. Isto se deve à variação cambial ativa ocorrida sobre as operações de importação e pagamentos de serviços oriundos do exterior, ao recebimento de rendimentos sobre aplicações financeiras e ao resultado de operações de hedge.

Despesas financeiras

O saldo de despesas financeiras em 2009 foi de R\$ 9.400 mil, 28% a mais que em 2008, que foi de R\$ 7.354 mil, reflexo da adesão do emissor ao Programa de Parcelamento de Débitos Tributários previsto pela Lei nº 11.941/09. O parcelamento em 180 meses destes débitos gerou o aumento do saldo de despesas financeiras, pois os encargos foram reconhecidos no momento da adesão.

Em 2008 o saldo de despesas financeiras variou de R\$ 4.550 mil em 2007 para R\$ 7.354 mil, correspondendo a um aumento de 62%. Isto se deve à variação cambial passiva ocorrida sobre as operações de importação e pagamentos de serviços oriundos do exterior, assim como ao resultado de operações de hedge contratadas pela Latapack-Ball Embalagens Ltda.

Outras, líquidas

A variação de 177% ocorrida no saldo de outras receitas líquidas, passando de R\$ 2.561 mil em 2008 para R\$ 7.091 mil em 2009, deve-se substancialmente à reversão das provisões para contingências feita pelo emissor ao aderir ao Parcelamento de Débitos Tributários.

Participações Industriais do Nordeste

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

I. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Latapack-Ball: as receitas da Companhia provêm basicamente da comercialização de embalagens de alumínio aos mercados de bebidas, em especial cerveja.

PQ Seguros: a receita da Companhia é decorrente da participação que possui no Convênio DPVAT.

PIN Agropecuária: a receita da Companhia é proveniente principalmente da venda de lotes residenciais.

II. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Todos os fatores que afetaram materialmente o resultado da Companhia já foram explicados nos parágrafos anteriores.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Latapack-Ball

A receita operacional líquida da Companhia aumentou 11%, de R\$ 187.186 mil em 2008 para R\$ 207.158 mil em 2009. Esta variação deve-se principalmente ao aumento de 29% no volume de vendas de latas de alumínio. O aumento da receita não foi maior por conta da redução do preço do alumínio, componente relevante no preço final comercializado pela Companhia.

O crescimento do volume de vendas da Companhia está fortemente relacionado à melhora de renda da população, que por sua vez tem aumentado bastante por conta do controle de inflação, da elevação do salário mínimo dos últimos anos e pela ampliação dos benefícios sociais do governo federal para a população de baixa renda.

PQ Seguros

A receita operacional líquida da Companhia aumentou 27%, de R\$ 17.247 mil em 2008 para R\$ 21.872 mil em 2009. O bom desempenho do Seguro DPVAT é um reflexo do efeito da desoneração tributária na indústria automotiva, que apresentou elevada expansão em 2009 relativamente ao ano anterior.

PIN Agropecuária

Em 2009, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 35% relativamente a 2008, passando de R\$ 1.043 mil para R\$ 1.409 mil. O elevado crescimento das vendas de lotes residenciais está associado à melhora contínua do contexto macroeconômico, com reflexos diretos na renda da população. Os preços médios praticados em 2008 foram mantidos em 2009.

Participações Industriais do Nordeste

anceiro

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Latapack-Ball

O principal insumo na produção de latas é o alumínio, commodity internacional indexada ao dólar, cujo preço sofre flutuações em função da volatilidade da cotação desse insumo no mercado mundial, bem como da variação da cotação do dólar norte-americano.

Os preços dos demais insumos da Companhia, bem como os seus gastos fixos, variam conforme a inflação.

Os impactos destas variáveis no resultado operacional da Companhia são reduzidos pelo fato de suas variações também influenciarem a formação do preço de venda das latas de alumínio comercializadas pela Companhia.

Para compensar a exposição da margem operacional da Companhia ao dólar, grande parcela dos empréstimos e financiamentos está vinculada ao dólar norte-americano.

PQ Seguros

A taxa de juros impacta o resultado financeiro da PQ Seguros pois incidem diretamente sobre os ativos (títulos públicos federais – LFTs) garantidores (de provisões técnicas da Companhia).

PIN Agropecuária

Conforme já mencionado anteriormente, o resultado operacional da Companhia está diretamente ligado à existência de um ambiente macroeconômico favorável, com juros baixos, preços sob controle e renda crescente.

Participações Industriais do Nordeste

ites, ocorridos e esperados, nas demonstrações

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não existiu e não há previsão para criação ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não existiu e não há previsão para constituição, aquisição ou alienação de participação acionária.

c. eventos ou operações não usuais

Não existiu e não há previsão para eventos ou operações não usuais.

Participações Industriais do Nordeste

Práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que modifica e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board (IFRS). Em 13 de dezembro de 2008, entrou em vigor a Medida Provisória nº 449, que alterou a legislação tributária e societária. Tendo como objetivo garantir a neutralidade tributária da migração das normas contábeis brasileiras para os padrões adotados e aceitos internacionalmente.

A Companhia elaborou estudos e avaliações dos impactos da nova Lei, associada às normas da Comissão de Valores Mobiliários- CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – Susep e nos pronunciamentos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, mensurando os possíveis efeitos da mudança de práticas contábeis ao longo do exercício de 2008 e 2009.

Sumário das práticas contábeis modificadas no exercício de 2008

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei nº 11.638 e pela Medida Provisória nº 449 aplicáveis à Companhia, adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram às seguintes:

- i) Substituição no exercício de 2008 da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do CPC 03. A demonstração dos fluxos de caixa para o exercício de 2007 não foi elaborada, conforme facultado pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 1 de 30 de janeiro de 2009.
- ii) Introdução da demonstração de valor adicionado, elaborada conforme regulamentação do CPC 09. A demonstração do valor adicionado para o exercício de 2007 não foi elaborada, conforme facultado pela deliberação CVM 557 de 12 de novembro de 2008.
- iii) Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registra os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Conforme regulamentação do CPC 04 foram reclassificados para este grupo de contas o saldo de softwares e os saldos de ágios a amortizar.

Participações Industriais do Nordeste

; práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do

iv) Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de "impairment"), conforme regulamentado pelo CPC 01. Essa análise não gerou efeito sobre o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2008.

v) Eliminação da apresentação da rubrica "Resultado de exercícios futuros" que passou a ser reconhecido no passivo não circulante, conforme CPC 13.

vi) Eliminação da apresentação da rubrica "Resultado não operacional" na demonstração do resultado, conforme regulamentado pela Medida Provisória nº 449/08.

vii) Reversão da reserva de reavaliação de ativos na controlada PQ Seguros S.A, logo reversão na reserva reflexa da Companhia.

Até a data da preparação das demonstrações financeiras de 2009, novos pronunciamentos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por deliberações da CVM, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2010 para fins de comparação.

A Companhia decidiu adotar os novos pronunciamentos emitidos pelo CPC somente no exercício de 2010.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia está analisando os efeitos que os novos pronunciamentos poderiam ter em suas demonstrações financeiras. No caso de ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, data limite para adoção das práticas do IFRS, a Companhia avaliará a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras em 2009, para fins de comparação, contudo até o momento, não foram detectadas distorções relevantes que possam causar impactos entre as práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2009 e aquelas previstas pelo IFRS.

c) Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas ou ênfases.

Participações Industriais do Nordeste

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas representam o melhor julgamento da administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros, entre outros ativos e passivos na data do balanço. Estimativas, também foram utilizadas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/2008.

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas de acordo com a legislação vigente na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subseqüentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subseqüente ocorre a cada data de balanço

Participações Industriais do Nordeste

de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, operações de mútuo e contas a receber de clientes.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é operação de mútuo com coligada.

c) Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata, e estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, também possuem liquidez imediata

d) Contas a receber

São classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis e estão apresentadas a valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

f) Investimentos

O investimento em empresa controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Participações Industriais do Nordeste

i) Arrendamento mercantil

As controladas assumem nos contratos de arrendamento mercantil financeiro a figura de arrendador. Os itens de ativo imobilizado destinados a arrendamento mercantil são baixados do ativo fixo quando da transferência dos riscos para o arrendador. O valor a receber destes contratos é representado pelo valor presente das parcelas, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato ou pelo valor justo do ativo, dos dois o menor. Os custos com a negociação e estruturação de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos como despesa no começo do prazo do arrendamento mercantil. A receita financeira é reconhecida durante o prazo do arrendamento mercantil, pelo método da taxa efetiva de juros, em base sistemática e racional.

j) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável.

l) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

m) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Participações Industriais do Nordeste

Os ativos e passivos monetários do não circulante são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Participações Industriais do Nordeste

à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de dações presentes no relatório do auditor

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

1. Formalização de normas e procedimentos

Foi verificado que grande parte dos processos executados pela Companhia não estão normatizados. Apesar disto, os riscos significativos tem sido mitigados pelo departamento de TI por meio da automatização, monitoramento e bloqueio de eventos não usuais e a utilização, pela Companhia, de sistemas integrados reduz consideravelmente os riscos de erros.

A recomendação é que todos os procedimentos e normas estabelecidas às atividades, processos e rotinas da Companhia sejam manualizadas, inclusive a filosofia da administração, níveis de competência, as atribuições de responsabilidade e autoridades e valores de integridade e ética.

Comentários da Administração

A Administração já iniciou este processo com a área Jurídica e realizará, a partir deste segundo semestre do ano, um amplo trabalho de identificação, descrição e normatização de todas as atividades das áreas de Controladoria, Finanças, TI, Jurídico e RH, da PIN. A Auditoria Interna da Holding já possui um manual contendo o perfil (missão, política, finalidade, autoridade, etc), estrutura, metodologia e dimensionamento da estratégia de atuação. Um Regimento Interno da Auditoria Interna também foi concluído e se encontra com a respectiva diretoria para aprovação.

2. Imobilizado

Os ativos imobilizados, exceto os bens referentes à hardware e software, não são monitorados constantemente, o que pode ocasionar os seguintes problemas à Companhia:

- distorções no resultado decorrentes de erros de cálculos da depreciação e/ou correção monetária; e
- impossibilidade de conferência da existência física dos bens com os controles contábeis.

Para o aprimoramento dos controles, sugerimos a implantação das seguintes sugestões:

- proceder ao inventário físico geral dos bens;

Participações Industriais do Nordeste

à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de dações presentes no relatório do auditor

- investigar e baixar os bens que eventualmente constem no controle contábil e não forem localizados fisicamente; e
- chapear (ou identificar de outra forma, quando o chapeamento não for possível) todos os bens.

Comentários da Administração

O escritório central da PIN possui um mobiliário muito reduzido e de fácil localização visual por estar em um único andar do prédio. Os equipamentos e periféricos de informática (hardware e software), estes sim, possuem um valor implícito e são de fácil portabilidade, exigindo um monitoramento adequado e constante.

A Administração analisará a relação custo e benefício de se estabelecer tal controle para o mobiliário

Participações Industriais do Nordeste

Ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois o emissor não realizou nenhuma oferta pública nos últimos 3 exercícios sociais.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois o emissor não realizou nenhuma oferta pública nos últimos 3 exercícios sociais.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois o emissor não realizou nenhuma oferta pública nos últimos 3 exercícios sociais.

Participações Industriais do Nordeste

ciados nas demonstrações financeiras

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos***
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos***
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços***
- iv. contratos de construção não terminada***
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Não aplicável, pois não há ativos e passivos referentes aos assuntos acima que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens desta natureza que não estejam registrados nas demonstrações financeiras.

o evidenciados nas demonstrações financeiras

Participações Industriais do Nordeste

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois não houve informações prestadas no item 10.8.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois não houve informações prestadas no item 10.8.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois não houve informações prestadas no item 10.8.

Participações Industriais do Nordeste

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Latapack-Ball: dos investimentos previstos para 2010, estima-se que R\$53.297 mil serão gastos com a aquisição de equipamentos e benfeitorias nas unidades fabris da Latapack-Ball. Adicionalmente, a Companhia está analisando projetos de expansão no segmento nacional de embalagens de alumínio, porém ainda não há efetivamente nenhuma decisão relacionada a eles.

PQ Seguros: não estão previstos investimentos para 2010.

PIN Agropecuária: não estão previstos investimentos para 2010.

II. fontes de financiamento dos investimentos

Latapack-Ball: não há intenção da Companhia em captar novos financiamentos sem uma definição relativa a novos investimentos de expansão.

III. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Latapack-Ball: a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e atualmente não tem a intenção de realizá-los.

PQ Seguros: a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e atualmente não tem a intenção de realizá-los.

PIN Agropecuária: a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e atualmente não tem a intenção de realizá-los.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Latapack-Ball: conforme informado anteriormente, a Companhia ainda está analisando projetos de investimento destinados ao aumento de sua capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

I. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III. projetos em desenvolvimento já divulgados

Participações Industriais do Nordeste

IV. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Latapack-Ball: não há intenção da Companhia em desenvolver novos produtos ou serviços.

PQ Seguros: não há intenção da Companhia em desenvolver novos produtos ou serviços.

PIN Agropecuária: não há intenção da Companhia em desenvolver novos produtos ou serviços.

**Participações
Industriais do Nordeste**

cia relevante

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Participações Industriais do Nordeste

nissas

11.1 As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção***
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção***
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle***
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão***

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

Participações Industriais do Nordeste

ões das projeções divulgadas

11.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário período projetado e o prazo de validade da projeção***
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções***
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas***

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

Administrativa

Participações Industriais do Nordeste

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições de cada órgão e comitê

Compete ao conselho de administração:

- I) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão do emissor para cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação.
- II) Fixar a orientação geral dos negócios do emissor.
- III) Eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as respectivas atribuições individuais.
- IV) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis do emissor e solicitar quaisquer informações sobre os assuntos de interesse da companhia.
- V) Convocar a assembleia geral.
- VI) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da diretoria.
- VII) Autorizar a alienação de bens do ativo permanente da própria sociedade ou de empresa da qual detenha o controle societário direto ou indireto, salvo se o estatuto social de tal empresa contiver disposição em contrário.
- VIII) Escolher e destituir os auditores independentes.
- IX) Deliberar sobre o aumento do capital até o limite estipulado no parágrafo 1º do artigo 5º do estatuto do emissor, podendo ainda, alterar a proporção existente entre as espécies de ações que compõem o capital social.
- X) Deliberar previamente sobre o orçamento da Fundação Clemente Mariani.
- XI) Deliberar sobre o pagamento de gratificações à diretoria.

Compete à diretoria:

- I) Cumprir e fazer cumprir o estatuto da companhia e a legislação em vigor.
- II) Administrar as operações da companhia.
- III) Representá-la ativa e passivamente.
- IV) Nomear procuradores com poderes especiais para a prática de atos determinados em nome da sociedade.
- V) Deliberar sobre o pagamento de participação nos lucros ou resultados aos empregados da companhia.
- VI) Promover tudo o que se fizer necessário à realização dos objetivos e ao bom andamento dos negócios da companhia.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não aplicável, pois não há conselho fiscal instalado e não há comitês.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Compete ao conselho de administração avaliar o desempenho da diretoria.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O estatuto social estabelece apenas que a diretoria será composta por até 5 membros, sendo um Diretor Presidente, nada dispondo sobre atribuições específicas para cada membro do referido órgão. As atribuições específicas do Diretor de Relações com Investidores são aquelas previstas na regulamentação pertinente.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Participações Industriais do Nordeste

Administrativa

A companhia não dispõe de mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração. Quanto à diretoria, compete ao conselho de administração avaliar o seu desempenho.

relativas às assembleias gerais

Participações Industriais do Nordeste

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

O emissor não adota nenhuma prática diversa da prevista na legislação em vigor, sendo, portanto, de 15 dias o prazo de antecedência da primeira convocação e o da segunda convocação de 8 dias.

b. competências

O emissor não estipula nenhuma competência específica para a assembleia, além do disposto na legislação vigente.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço eletrônico:

Não aplicável, pois o endereço eletrônico não está disponível.

Endereços físicos:

1. Rua Miguel Calmon nº 398, 2º andar/parte, Comércio, Salvador/BA, CEP 40015-010.
2. Praça Pio X nº 98, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-040.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Será observado o que dispõe a legislação e regulamentação pertinentes.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

O emissor não solicita procurações para o exercício do direito de voto.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia, advogado, instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato original, com firma reconhecida, devidamente regularizado na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

O emissor não aceita procurações por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

O emissor não adota essa prática.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

O emissor não adota essa prática.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Participações
Industriais do Nordeste

relativas às assembleias gerais

O emissor não dispõe desses mecanismos.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - BA	31/03/2010
			31/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	14/04/2010
			15/04/2010
			16/04/2010
		Diário Oficial do Estado - BA	14/04/2010
15/04/2010			
16/04/2010			
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	31/03/2009
		Diário Oficial do Estado - BA	31/03/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	14/04/2009
			15/04/2009
			16/04/2009
		Diário Oficial do Estado - BA	14/04/2009
			15/04/2009
			16/04/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	07/07/2009
		Diário Oficial do Estado - BA	07/07/2009
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	28/03/2008
		Diário Oficial do Estado - BA	28/03/2008
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	11/04/2008
			12/04/2008
			14/04/2008
		Diário Oficial do Estado - BA	11/04/2008
			12/04/2008
			15/04/2008
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio da Bahia - BA	01/07/2008
		Diário Oficial do Estado - BA	01/07/2008

relativas ao Conselho de Administração

Participações Industriais do Nordeste

12.4 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. frequência das reuniões

As reuniões do conselho de administração ocorrem aproximadamente a cada 6 meses, podendo haver variações conforme a necessidade de deliberação sobre os assuntos de competência de tal órgão. De todo modo, este órgão reunir-se-á sempre que convocado pelo respectivo Presidente.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do conselho de administração indicados pelos acionistas signatários do Acordo de Acionistas firmado em 16.05.2005 devem votar conforme o disposto em tal instrumento.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Será observado o que dispõe a legislação e regulamentação pertinentes.

Participações Industriais do Nordeste

Compromissória para resolução de conflitos por meio de

12.5 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não aplicável, pois não há cláusula compromissória no estatuto do emissor para que a resolução de conflitos ocorra por meio de arbitragem.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Andre Philippe Mattias Lindner Krepel	41	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2010	3 anos
003.679.127-08	Administrador de empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	30/04/2010	Sim
Diretor Presidente - desde Setembro/2010 Diretor - desde Setembro/2005 Gerente de Planejamento – de Dezembro/2002 até Setembro/2005				
Francisco Teixeira de Sá	61	Pertence apenas à Diretoria	30/09/2010	3 anos
221.072.908-49	Engenheiro Químico		30/09/2010	Sim
Angela Mariani Bittencourt	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
310.264.517-87	Empresária	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim
Conselheira - desde Abril/1982				
Carlos Mariani Bittencourt	73	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
007.595.037-53	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	25/01/2008	Sim
Conselheiro - desde Abril/1982 Presidente do Conselho de Administração - desde Outubro/2001				
Eduardo Mariani Bittencourt	71	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
009.486.407-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim
Diretor - de 1983 até 2001 Conselheiro - desde Abril/1982				
Filipe Eduardo Moreau	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
037.469.398-60	Arquiteto	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim
Conselheiro - desde Agosto/1999				
Gisela Maria Moreau	49	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
037.469.438-92	Ilustradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim
Conselheira - desde Maio/1996				
Glória Maria Mariani Bittencourt	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
008.113.197-68	Socióloga	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim
Conselheira - desde Abril/1982				
Luiz Clemente Mariani Bittencourt	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
008.112.897-53	Médico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Conselheiro - desde Abril/1982				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
380.450.957-68	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim
Diretor - de 1987 até 2005 Conselheiro - desde Abril/1982				
Pedro Mariani Lacerda	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
874.746.387-20	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim
Diretor - 05/1998 a 09/2005 Conselheiro - desde Setembro/2005				
Sylvio de Góes Mascarenhas	81	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2008	3 anos
000.239.905-97	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/01/2008	Sim
Conselheiro - desde Maio/1996				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel - 003.679.127-08

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Diretor - desde Setembro/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Diretor - desde Outubro/2005

3. PIN Petroquímica S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Diretor - desde Outubro/2005

4. Zínia Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Mineração Caraíba S.A.

Diretor Presidente - desde Novembro/2005

5. ESB 110 Serviços e Participações Ltda.

Atividade principal: Aquisição de imóveis.

Diretor - desde Março/2006

Sociedades que integram o grupo econômico do emissor:

6. Latapack Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Diretor - desde Outubro/2005

7. Latapack S.A.

Atividade principal: Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal.

Conselheiro - desde Outubro/2005

8. PQ Seguros S.A.

Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.

Diretor - desde Abril/2002

9. PIN Agropecuária Ltda.

Atividade principal: Administração de imóveis rurais, incorporação imobiliária e exploração de atividades agrícolas e pastoris.

Diretor - desde Setembro/2005

10. MSB Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Diretor - desde Outubro/2005

Outras sociedades em que o administrador também exerce função de administrador:

11. Mineração Caraíba S.A.

Atividade principal: Exploração e aproveitamento de jazidas minerais.

Conselheiro - desde Abril/2006

12. Engepack Embalagens S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.

Conselheiro - desde Dezembro/2002

13. Pronor Petroquímica S.A.

Atividade principal: Produção e comercialização de embalagens plásticas através de empresas controladas.

Conselheiro - desde Novembro/2005

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou

- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou

- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Francisco Teixeira de Sá - 221.072.908-49

Experiência profissional:

Sociedades que integram o grupo econômico do emissor:

1. Latapack S.A.

Atividade principal: Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal.
Presidente do Conselho de Administração – desde Janeiro/1999

Outras sociedades em que o administrador também exerce função de administrador:

2. Engepack Embalagens S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Presidente do Conselho de Administração - desde Abril/2000
Conselheiro – desde Novembro/1998

3. Pronor Petroquímica S.A.

Atividade principal: Produção e comercialização de embalagens plásticas através de empresas controladas.
Presidente – desde Setembro/2002
Presidente do Conselho de Administração - desde Setembro/2002

4. Braskem S.A.

Atividade principal: Fabricação de produtos petroquímicos básicos.
Conselheiro - desde 2002 a Abril/2010

5. Copene

Atividade principal: Fabricação de produtos petroquímicos básicos.
Diretor Superintendente – de 2001 a 2002

6. Caraíba Metais S.A.

Atividade principal: Produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos.
Diretor Superintendente/Comercial – de 1989 a 1997

7. EDN - Estireno do Nordeste S.A.

Atividade principal: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.
Diretor Industrial – de 1984 a 1989

8. Dow Química S.A.

Atividade principal: Fabricação de produtos químicos.
Engenheiro e Gerente de Produção – de 1973 a 1984

Francisco Teixeira de Sá declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Angela Mariani Bittencourt - 310.264.517-87

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira - desde Agosto/2005

5. Ariel Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretora Presidente - desde Maio/2005

6. Mabe Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretora Presidente - desde Maio/2005

7. MMB Agropecuária Ltda.

Atividade principal: Exploração de atividades agropecuárias.
Diretora - desde Outubro/2006

Angela Mariani Bittencourt declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Carlos Mariani Bittencourt - 007.595.037-53

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Diretor - desde Outubro/2005
Presidente do Conselho de Administração - desde Julho/2005

3. PIN Petroquímica S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Diretor Presidente - desde Outubro/2005

4. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Agosto/2005

5. Bela Vista Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

6. Barcelona Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

Sociedades que integram o grupo econômico do emissor:

7. Latapack S.A.

Atividade principal: Fabricação, venda, distribuição, importação e exportação de latas de metal e tampas para latas de metal.
Diretor - desde Junho/2007

8. PQ Seguros S.A.

Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.
Conselheiro - desde Abril/1996

Outra sociedade em que o administrador também exerce função de administrador:

9. Pronor Petroquímica S.A.

Atividade Principal: Produção e comercialização de embalagens plásticas através de empresas controladas.
Conselheiro – de Outubro/1983 até Novembro/2005

Carlos Mariani Bittencourt declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Mariani Bittencourt - 009.486.407-15

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Presidente do Conselho de Administração – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Presidente do Conselho de Administração - desde Agosto/2005
Diretor Presidente - desde Outubro/2001

4. EM Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

5. EMF Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

6. Banco BBM S.A.

Atividade principal: Instituição financeira.
Conselheiro – desde Junho/2004

7. Agropecuária Noil Ltda.

Atividade principal: atividades pecuárias e agropastoris
Diretor Presidente - desde Dezembro/2002

8. Agro Pastoral do Araguaia Ltda.

Atividade principal: atividades pecuárias e agropastoris
Diretor - desde Janeiro/2007

Sociedade que integra o grupo econômico do emissor:

9. PQ Seguros S.A.

Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.
Presidente do Conselho de Administração - desde Abril/1996

Eduardo Mariani Bittencourt declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou

- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou

- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Filipe Eduardo Moreau - 037.469.398-60

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Agosto/2005

Outras sociedades em que o administrador também exerce função de administrador:

4. Figusbel Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

5. BNDC Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

Filipe Eduardo Moreau declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
 - qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
 - qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
-

Gisela Maria Moreau - 037.469.438-92

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira – desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira - desde Agosto/2005

Gisela Maria Moreau declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
 - qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
 - qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
-

Glória Maria Mariani Bittencourt - 008.113.197-68

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira – desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheira - desde Agosto/2005

4. Aldebaran Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretora Presidente - desde Maio/2005

5. Banco BBM S.A.

Atividade principal: Instituição financeira.
Conselheira – desde Maio/2007

6. Auriga Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretora Presidente - desde Maio/2005

Glória Maria Mariani Bittencourt declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Clemente Mariani Bittencourt - 008.112.897-53

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Agosto/2005

4. LM Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

5. LCM Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

6. MMB Agropecuária Ltda.

Atividade principal: Exploração de atividades agropecuárias.
Diretor - desde Outubro/2006

7. Agropecuária Noil Ltda.

Atividade principal: atividades pecuárias e agropastoris
Diretor - desde Outubro/2006

8. Agro Pastoral do Araguaia Ltda.

Atividade principal: atividades pecuárias e agropastoris
Diretor Presidente - desde Janeiro/1998

Luiz Clemente Mariani Bittencourt declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pedro Henrique Mariani Bittencourt - 380.450.957-68

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.
Conselheiro - desde Agosto/2005
Diretor - desde Outubro/2001

4. Monembasia Participações S.A.
Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

5. Bitinia Participações S.A.
Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.
Diretor Presidente - desde Maio/2005

6. Banco BBM S.A.
Atividade principal: Instituição financeira.
Diretor – desde Julho/2001
Presidente do Conselho de Administração – desde Dezembro/2009
Conselheiro – desde Maio/2007

7. Pio X Participações S.A.
Atividade principal: Participação no capital do Banco BBM S.A. e da BBM Administração de Recursos DTVM S.A.
Diretor Presidente – desde Julho/1995

8. Companhia Vale Suíço
Atividade principal: Promoção e administração de empreendimentos imobiliários.
Presidente do Conselho de Administração – desde Janeiro/1999

9. Parque da Freguesia
Atividade principal: A aquisição dos imóveis objetos das matrículas 118460, 118471 e 116124 do 9º Ofício do Registro de Imóveis.
Presidente do Conselho de Administração – desde Janeiro/1999

10. RE-Ravenala Executivos e Participações S.A.
Atividade principal: Participação no capital da Ravenala S.A.
Diretor Presidente – desde Setembro/2003

11. Odebrecht S.A.
Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Conselheiro – desde Dezembro/2004

12. Farol da Barra Participações Ltda.
Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades.
Diretor Presidente - desde Agosto/1995

13. Acritai Investimentos Ltda.
Atividade principal: Promover investimentos de qualquer natureza.
Diretor Presidente - desde Novembro/1991

Sociedade que integra o grupo econômico do emissor:

14. PQ Seguros S.A.
Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.
Conselheiro - desde Abril/1996

Outra sociedade em que o administrador também exerce função de administrador:

15. BBM Administração de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Atividade principal: Instituição financeira.
Presidente – desde Junho/2006

Pedro Henrique Mariani Bittencourt declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
 - qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
 - qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
-

Pedro Mariani Lacerda - 874.746.387-20

Sociedades com sócios com participação superior a 5% de uma mesma classe de ações do emissor:

1. Aleutas S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheiro – desde Julho/2005

2. PIN Petroquímica Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheiro - desde Julho/2005

3. BBM Holding S.A.

Atividade principal: Participação no capital de outras sociedades e prestação de serviços.

Conselheiro - desde Agosto/2005

4. Iगतu Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da BBM Holding S.A.

Diretor - desde Maio/2005

5. Mucugê Participações S.A.

Atividade principal: Participação no capital da Participações Industriais do Nordeste S.A., Aleutas S.A. e PIN Petroquímica Participações S.A.

Diretor - desde Maio/2005

Sociedades que integram o grupo econômico do emissor:

6. PQ Seguros S.A.

Atividade principal: Exploração das operações de seguros do ramo vida.

Conselheiro - desde Dezembro/2008

Diretor - de Setembro/2001 até Maio/2007

Outras sociedades em que o administrador também exerce função de administrador:

7. Inflow Investimentos e Participações Ltda.

Atividade principal: Prestação de serviços de assessoria, consultoria, planejamento econômico-financeiro e administrativo.

Diretor – desde Janeiro/2008

8. Gávea Gym Investimentos e Participações Ltda.

Atividade principal: Promover investimentos no mercado financeiro e de capitais.

Diretor – desde Junho/2010

9. Horto Agente Autônomo de Investimentos Ltda.

Atividade principal: Agente autônoma de investimentos.

Diretor Presidente – desde Outubro/2008

10. Horto Consultoria e Administração de Recursos Ltda.

Atividade principal: Administração de bens próprios ou de terceiros e prestação de serviços de consultoria.

Diretor Presidente – desde Fevereiro/2008

Pedro Mariani Lacerda declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou

- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou

- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Sylvio de Góes Mascarenhas - 000.239.905-97

Outras sociedades em que o administrador também exerce função de administrador:

1. PGM - Patrimonial Goes Mascarenhas S/A
Atividade principal: Holding de instituições não financeiras.
Presidente – desde 1999

2. Metalbasa Metalúrgica da Bahia S.A.
Atividade principal: Fabricação de embalagens metálicas
Presidente – desde 1985

3. GMM Embalagens Industriais S/A
Atividade principal: Fabricação de embalagens metálicas
Presidente – desde 2000

Sylvio de Góes Mascarenhas declara que nunca sofreu:

- qualquer condenação criminal; e/ou
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou
- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui nenhuma modalidade de comite.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Luiz Clemente Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	008.112.897-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Luiz Clemente Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	008.112.897-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Luiz Clemente Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	008.112.897-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
---	----------------	--	--------------------	--

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
--	----------------	--	--------------------	--

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Filipe Eduardo Moreau Conselheiro do emissor	037.469.398-60	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Gisela Maria Moreau Conselheira do emissor	037.469.438-92	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
---	----------------	--	--------------------	--

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Angela Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	310.264.517-87	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Carlos Mariani Bittencourt Presidente do Conselho do emissor	007.595.037-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	009.486.407-15	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
<u>Observação</u>				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo				
Luiz Clemente Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	008.112.897-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Glória Maria Mariani Bittencourt Conselheira do emissor	008.113.197-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
--	----------------	--	--------------------	--

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Luiz Clemente Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	008.112.897-53	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Pedro Henrique Mariani Bittencourt Conselheiro do emissor	380.450.957-68	Participações Industriais do Nordeste S.A.	14.308.514/0001-13	
--	----------------	--	--------------------	--

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

12.10.a. Alguns dos administradores do emissor são também administradores das controladas.

12.10.b. Alguns dos administradores do emissor são também administradores das controladoras.

12.10.c. Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e fornecedores, clientes, devedores ou credores do emissor, de suas controladas ou controladoras.

Participações Industriais do Nordeste ; **s de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas**

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Não aplicável, pois não há qualquer acordo relativo a esse tópico.

Participações Industriais do Nordeste

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

Política de remuneração, inclusive da diretoria não Participações Industriais do Nordeste

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A prática de remuneração tem como objetivo contratar e garantir a permanência dos profissionais mais qualificados do mercado.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O conselho de administração não recebe remuneração.

A diretoria estatutária faz jus à remuneração fixa e variável e à percepção de benefícios indiretos.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso da diretoria estatutária, da remuneração total paga, a remuneração fixa corresponde a 86,89%, a remuneração variável a 6,99% e os benefícios indiretos a 6,12%.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A parcela fixa da remuneração global está sujeita a reajuste de acordo com a Convenção Coletiva do Sindicato - Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento Perícias, Informações e Pesquisas no Município do Rio de Janeiro.

A remuneração variável depende da avaliação semestral individual das metas estabelecidas pelo conselho de administração cuja fórmula para o cálculo é um múltiplo da parcela fixa.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O modelo de composição da remuneração adotado pelo emissor em relação à parcela fixa e benefícios indiretos são baseados nas práticas de mercado. Em relação à parcela variável, esta tem por base o desempenho individual dos administradores.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a remuneração fixa é considerada a responsabilidade atribuída ao cargo, com base nas práticas de mercado. Para a parcela variável da remuneração, toma-se por base o desempenho individual do administrador.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável depende do desempenho individual de cada administrador.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração é estruturada de forma a refletir o cumprimento dos objetivos do emissor no curso do exercício, de acordo com os objetivos de curto, médio e longo prazo.

Participações Industriais do Nordeste

Política de remuneração, inclusive da diretoria não

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, pois não há remuneração dos administradores suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, pois não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		467.210,07		467.210,07
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		237.783,96		237.783,96
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		704.994,03		704.994,03

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		526.378,00		526.378,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		990.869,20		990.869,20
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		1.517.247,20		1.517.247,20

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2008 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		4,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		494.931,98		494.931,98
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		814.163,14		814.163,14
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		1.309.095,12		1.309.095,12

Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho**Participações Industriais do Nordeste**

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ano base 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Números de membros	0	2	-	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	-
Valor efetivamente reconhecimento	N/A	N/A	N/A	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	351.371,16	N/A	351.371,16
Valor efetivamente reconhecimento	N/A	-	N/A	-

Ano base 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Números de membros	0	2	-	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	-
Valor efetivamente reconhecimento	N/A	N/A	N/A	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	351.371,16	N/A	351.371,16
Valor efetivamente reconhecimento	N/A	237.783,96	N/A	237.783,96

Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho

Participações Industriais do Nordeste

Ano base 2008	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Números de membros	0	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	-
Valor efetivamente reconhecimento	N/A	N/A	N/A	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	1.313.659,68	N/A	1.313.659,68
Valor efetivamente reconhecimento	N/A	990.869,20	N/A	990.869,20

Ano base 2007	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Números de membros	0	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	-
Valor efetivamente reconhecimento	N/A	N/A	N/A	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	1.676.088,32	N/A	1.676.088,32
Valor efetivamente reconhecimento	N/A	814.163,14	N/A	814.163,14

Participações Industriais do Nordeste

ado em ações do conselho de administração e diretoria

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

a. termos e condições gerais

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

b. principais objetivos do plano

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

f. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

h. condições de aquisição de ações

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

k. forma de liquidação

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

l. restrições à transferência das ações

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Participações Industriais do Nordeste

ado em ações do conselho de administração e diretoria

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Participações Industriais do Nordeste

ações e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por scais - por órgão

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Segue a posição acionária consolidada, em 31 de dezembro de 2009, dos administradores do emissor:

Sociedade emissora:

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PNA (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	6.770	5,37	17.098	54,47	23.868	15,30
Diretoria	0	0,00	54	0,17	54	0,03
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	6.770	5,37	17.152	54,64	23.922	15,33

Controladores diretos ou indiretos:

Auriga Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.164	95,79	0	0,00	15.164	95,75
Diretoria	333	2,10	0	0,00	333	2,10
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	15.497	97,89	0	0,00	15.497	97,85

Bela Vista Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	12.553	74,57	0	0,00	12.553	74,54
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	12.533	74,57	0	0,00	12.533	74,54

Participações Industriais do Nordeste

Participações e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por scais - por órgão

EM Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	21.895	94,27	0	0,00	21.895	94,24
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	21.895	94,27	0	0,00	21.895	94,24

Figusbel Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	5.637	89,43	0	0,00	5.637	89,33
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	5.637	89,43	0	0,00	5.637	89,33

LM Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.166	95,79	0	0,00	15.166	95,75
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	15.166	95,79	0	0,00	15.166	95,75

Mabe Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	15.163	91,93	0	0,00	15.163	91,89
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	15.163	91,93	0	0,00	15.163	91,89

Participações Industriais do Nordeste

Participações e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por ssaís - por órgão

Monembasia Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	10.272	74,42	0	0,00	10.272	74,39
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	10.272	74,42	0	0,00	10.272	74,39

Mucugê Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	333	2,06	0	0,00	333	2,06
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	333	2,06	0	0,00	333	2,06

Sociedades controladas:

PQ Seguros S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	7.174	5,15	-	-	7.174	5,15
Diretoria	109	0,08	-	-	109	0,08
Conselho Fiscal	0	0,00	-	-	0	0,00
Total	7.283	5,23	-	-	7.283	5,23

Latapack S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	0	0,00	-	-	0	0,00
Diretoria	2	0,000005	-	-	2	0,000005
Conselho Fiscal	0	0,00	-	-	0	0,00
Total	2	0,000005	-	-	2	0,000005

Participações Industriais do Nordeste

as e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por
scais - por órgão

PIN Agropecuária Ltda.

Acionistas	Quota (em unidades)	%	Quantidade total de quotas (em unidades)	%
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
Diretoria	3	0,0004	3	0,0004
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00
Total	3	0,0004	3	0,0004

Sociedades sob o controle comum:

Aleutas S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PN (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	1.584	2,51	-	-	1.584	2,51
Diretoria	0	0,00	-	-	0	0,00
Conselho Fiscal	0	0,00	-	-	0	0,00
Total	1.584	2,51	-	-	1.584	2,51

PIN Petroquímica Participações S.A.

Acionistas	Quantidade de ações ON (em unidades)	%	Quantidade de ações PNA (em unidades)	%	Quantidade total de ações (em unidades)	%
Conselho de Administração	3.621	5,37	9.165	54,57	12.786	15,18
Diretoria	0	0,00	29	0,17	29	0,03
Conselho Fiscal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	3.621	5,37	9.194	54,74	12.815	15,21

Participações Industriais do Nordeste

ações do conselho de administração e da diretoria

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

b. número de membros

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

i. data de outorga

ii. quantidade de opções outorgadas

iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis

iv. prazo máximo para exercício das opções

v. prazo de restrição à transferência das ações

vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- ***em aberto no início do exercício social***
- ***perdidas durante o exercício social***
- ***exercidas durante o exercício social***
- ***expiradas durante o exercício social***

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

d. valor justo das opções na data de outorga

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

Participações Industriais do Nordeste

Opções em aberto detidas pelo conselho de administração e

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Não aplicável, pois o emissor não tem opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.

b. número de membros

Não aplicável, pois o emissor não tem opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.

c. em relação às opções ainda não exercíveis:

i. quantidade

ii. data em que se tornarão exercíveis

iii. prazo máximo para exercício das opções

iv. prazo de restrição à transferência das ações

v. preço médio ponderado de exercício

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

d. em relação às opções exercíveis

i. quantidade

ii. prazo máximo para exercício das opções

iii. prazo de restrição à transferência das ações

iv. preço médio ponderado de exercício

v. valor justo das opções no último dia do exercício social

vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

Participações Industriais do Nordeste

Entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Não aplicável, pois o emissor não tem opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.

b. número de membros

Não aplicável, pois o emissor não tem opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.

c. em relação às opções exercidas informar:

i. número de ações

ii. preço médio ponderado de exercício

iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

d. em relação às ações entregues informar:

i. número de ações

ii. preço médio ponderado de aquisição

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável, pois o emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

Participações Industriais do Nordeste

para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, pois não há informações a serem divulgadas referentes aos itens 13.6 a 13.8.

Participações Industriais do Nordeste

de previdência conferidos aos membros do conselho de atutários

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

Não aplicável, pois o emissor não confere planos de previdência a membros do conselho de administração e da diretoria.

b. número de membros

Não aplicável, pois o emissor não confere planos de previdência a membros do conselho de administração e da diretoria.

c. nome do plano

Não aplicável, pois o emissor não confere planos de previdência a membros do conselho de administração e da diretoria.

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Não aplicável, pois o emissor não confere planos de previdência a membros do conselho de administração e da diretoria.

e. condições para se aposentar antecipadamente

Não aplicável, pois o emissor não confere planos de previdência a membros do conselho de administração e da diretoria.

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável, pois o emissor não confere planos de previdência a membros do conselho de administração e da diretoria.

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável, pois o emissor não confere planos de previdência a membros do conselho de administração e da diretoria.

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, pois o emissor não confere planos de previdência a membros do conselho de administração e da diretoria.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Nº de membros	2,00	3,00	4,00
Valor da maior remuneração(Reais)	256.917,93	294.424,00	191.008,68
Valor da menor remuneração(Reais)	208.290,76	80.906,00	18.599,80
Valor médio da remuneração(Reais)	352.497,02	505.749,07	327.273,78

Observação

Diretoria Estatutária

Participações Industriais do Nordeste

Remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois não há quaisquer instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Participações Industriais do Nordeste

o total detido por administradores e membros do relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2009
Diretoria Estatutária	100%
Conselho de Administração	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	2008
Diretoria Estatutária	100%
Conselho de Administração	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	2007
Diretoria Estatutária	100%
Conselho de Administração	0%
Conselho Fiscal	0%

Participações Industriais do Nordeste

Administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, pois não há nenhum valor reconhecido no resultado do emissor como remuneração de membros da administração, por qualquer razão que não a função que ocupam.

Participações Industriais do Nordeste

... e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Valores recebidos por sociedade controlada:

PQ Seguros S.A.:

Diretoria Estatutária	Exercício Social		
	2009	2008	2007
Número de membros	2	3	3
Honorários	496.669,20	287.406,92	150.948,50

Participações Industriais do Nordeste

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

nanos

Participações Industriais do Nordeste

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Ano Base 2009		
Grupos	Nº Empregados	Localização
Diretoria	2	RJ
Administrativo	8	RJ
	3	BA
Auditoria	1	RJ
	1	BA
	1	SP
Contábil	1	RJ
Financeiro	1	RJ
Fiscal	-	-
Informática	1	RJ

Ano Base 2008		
Grupos	Nº Empregados	Localização
Diretoria	3	RJ
Administrativo	6	RJ
	3	BA
Auditoria	2	RJ
	1	BA
	1	SP
Contábil	1	RJ
Financeiro	1	RJ
Fiscal	-	-
Informática	1	RJ

Ano Base 2007		
Grupos	Nº Empregados	Localização
Diretoria	4	RJ
Administrativo	8	RJ
	2	BA
Auditoria	2	RJ
	1	BA
	1	SP
Contábil	1	RJ
Financeiro	1	RJ
Fiscal	-	-
Informática	1	RJ

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não aplicável, pois o emissor não possui empregados terceirizados.

nanos

Participações Industriais do Nordeste

c. índice de rotatividade

Exercício Social		
2009	2008	2007
0,06%	0,17%	0,17%

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A exposição a passivos e contingências trabalhistas do emissor já foi explicitada nos itens 4.3 a 4.7 deste formulário.

Participações Industriais do Nordeste

ursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Não há nenhuma alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

Remuneração dos empregados

Participações Industriais do Nordeste

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Com relação à política de salários, a prática da remuneração tem como objetivo contratar e garantir a permanência dos profissionais mais qualificados do mercado no emissor. Quanto à remuneração variável, a política depende da avaliação semestral individual, sobre as metas estabelecidas pelo emissor cuja fórmula para o cálculo é um múltiplo da parcela fixa.

b. política de benefícios

Os benefícios da empresa estão baseados nas práticas do mercado. Os seguintes benefícios são 100% custeados pelo emissor: ticket refeição, ticket alimentação, plano de saúde e seguro de vida. O plano odontológico é 80% custeado pelo emissor e 20% pelos funcionários.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários***
- ii. condições para exercício***
- iii. preços de exercício***
- iv. prazos de exercício***
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano***

Não aplicável, pois o emissor não possui planos de remuneração baseados em ações.

Participações Industriais do Nordeste

e o emissor e sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

As relações entre o emissor e sindicatos são baseadas no disposto na Convenção Coletiva.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Mabe Participações S.A.						
07.488.147/0001-11	Brasileira-BA	Sim	Sim	25/06/2010		
	10.636	8,441200%	0	0,000000%	10.636	6,757800%
Monembasia Participações S.A.						
07.488.044/0001-51	Brasileira-BA	Sim	Sim	25/06/2010		
	8.837	7,013400%	0	0,000000%	8.837	5,614800%
Figusbel Participações S.A.						
07.488.073/0001-13	Brasileira-BA	Sim	Sim	25/06/2010		
	3.840	3,047600%	0	0,000000%	3.840	2,439800%
LM Participações S.A.						
07.488.024/0001-80	Brasileira-BA	Sim	Sim	25/06/2010		
	10.190	8,087300%	0	0,000000%	10.190	6,474400%
Auriga Participações S.A.						
07.488.097/0001-72	Brasileira-BA	Sim	Sim	25/06/2010		
	10.191	8,088000%	0	0,000000%	10.191	6,475100%
Outros						
		Sim	Sim			
	33.688	26,737000%	11.389	36,284900%	45.077	28,640900%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	11.389	100,000000%				
TOTAL	11.389	36,284567%				
Mucugê Participações S.A.						
07.487.921/0001-70	Brasileira-BA	Sim	Sim	25/06/2010		
	10.412	8,263400%	0	0,000000%	10.412	6,615500%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Alain Charles Edouard Moreau						
002.944.208-78	Brasileira	Não	Não			
	12.228	9,704700%	3.056	9,736200%	15.284	9,711000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	3.056	100,000000%				
EM Participações S.A.						
07.488.124/0001-07	Brasileira-BA	Sim	Sim	25/06/2010		
	15.120	12,000000%	0	0,000000%	15.120	9,606800%
Luiz Clemente Mariani Bittencourt						
008.112.897-53	Brasileira	Sim	Sim			
	0	0,000000%	2.435	7,757700%	2.435	1,547100%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.435	100,000000%				
Maria Clara Mariani Bittencourt						
008.113.277-87	Brasileira	Sim	Sim			
	0	0,000000%	2.435	7,757700%	2.435	1,547100%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.435	100,000000%				
Angela Mariani Bittencourt						
310.264.517-87	Brasileira	Sim	Sim			
	0	0,000000%	2.435	7,757700%	2.435	1,547100%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Carlos Mariani Bittencourt						
007.595.037-53	Brasileira	Sim	Sim			
	0	0,000000%	1.999	6,368600%	1.999	1,270100%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	1.999	100,000000%				
Pedro Henrique Mariani Bittencourt						
380.450.957-68	Brasileira	Sim	Sim			
	0	0,000000%	1.648	5,250400%	1.648	1,047100%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	1.648	100,000000%				
Bela Vista Participações S.A.						
07.488.139/0001-75	Brasileira-BA	Sim	Sim	25/06/2010		
	10.858	8,617400%	0	0,000000%	10.858	6,898900%
Eduardo Mariani Bittencourt						
009.486.407-15	Brasileira	Sim	Sim			
	0	0,000000%	3.556	11,329100%	3.556	2,259400%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	3.556	100,000000%				
Glória Maria Mariani Bittencourt						
008.113.197-68	Brasileira	Sim	Sim			
	0	0,000000%	2.435	7,757700%	2.435	1,547100%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.435	100,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %			
Preferencial Classe A	2.435		100,000000%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	126.000	100,000000%	31.388	100,000000%	157.388	100,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %			
TOTAL	2.435		7,757742%			
TOTAL	2.435		7,757742%			
TOTAL	3.056		9,736205%			
TOTAL	3.556		11,329170%			
TOTAL	2.435		7,757742%			
TOTAL	2.435		7,757742%			
TOTAL	1.999		6,368676%			
TOTAL	1.648		5,250414%			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Auriga Participações S.A.				07.488.097/0001-72	
Glória Maria Mariani Bittencourt					
008.113.197-68	Brasileira-BA	Não	Não		
15.164	95,792700	0	0,000000	15.164	95,750500
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
666	4,207300	7	100,000000	673	4,249500
TOTAL	15.830	100,000000	7	100,000000	15.837
15.830	100,000000	7	100,000000	15.837	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bela Vista Participações S.A.				07.488.139/0001-75	
Carlos Mariani Bittencourt					
007.595.037-53	Brasileira	Sim	Sim		
12.553	74,569500	0	0,000000	12.553	74,538300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
4.281	25,430500	7	100,000000	4.288	25,461700
TOTAL					
16.834	100,000000	7	100,000000	16.841	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EM Participações S.A.				07.488.124/0001-07	
Eduardo Mariani Bittencourt					
009.486.407-15	Brasileira	Sim	Sim		
21.895	94,265600	0	0,000000	21.895	94,236900
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
1.332	5,734400	7	100,000000	1.339	5,763100
TOTAL					
23.227	100,000000	7	100,000000	23.234	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Figusbel Participações S.A.				07.488.073/0001-13	
Filipe Eduardo Moreau					
037.469.398-60	Brasileira	Sim	Sim		
5.637	89,433800	0	0,000000	5.637	89,334400
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
666	10,566200	7	100,000000	673	10,665600
TOTAL	6.303	100,000000	7	100,000000	6.310

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LM Participações S.A.				07.488.024/0001-80	
Luiz Clemente Mariani Bittencourt					
008.112.897-53	Brasileira	Sim	Sim		
15.166	95,793400	0	0,000000	15.166	95,751000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
666	4,206600	7	100,000000	673	4,249000
TOTAL					
15.832	100,000000	7	100,000000	15.839	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mabe Participações S.A.				07.488.147/0001-11	
Angela Mariani Bittencourt					
310.264.517-87	Brasileira	Sim	Sim		
15.163	91,925200	0	0,000000	15.163	91,885800
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
1.332	8,074800	7	100,000000	1.339	8,114200
TOTAL					
16.495	100,000000	7	100,000000	16.502	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monembasia Participações S.A.				07.488.044/0001-51	
OUTROS					
3.530	25,576000	7	100,000000	3.537	25,613700
Pedro Henrique Mariani Bittencourt					
380.450.957-68	Brasileira	Sim	Sim		
10.272	74,424000	0	0,000000	10.272	74,386300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
13.802	100,000000	7	100,000000	13.809	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mucugê Participações S.A.				07.487.921/0001-70	
Maria Clara Mariani Bittencourt					
008.113.277-87	Brasileira	Sim	Sim		
15.163	93,818800	0	0,000000	15.163	93,778200
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
999	6,181200	7	100,000000	1.006	6,221800
TOTAL					
16.162	100,000000	7	100,000000	16.169	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	120
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	10
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	42.764	33,934300%
Quantidade preferenciais (Unidades)	15.133	48,207900%
Preferencial Classe A	15.133	48,207900%
Total	57.897	36,786200%

feito na sede do emissor ou do qual o controlador seja

Participações Industriais do Nordeste

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

- Auriga Participações S.A.;
- Bela Vista Participações S.A.;
- EM Participações S.A.;
- Figusbel Participações S.A.;
- LM Participações S.A.;
- Mabe Participações S.A.;
- Monembasia Participações S.A.;
- Mucugê Participações S.A.;
- Angela Mariani Bittencourt;
- Anna Letícia Mariani Lacerda;
- Bruno Mariani;
- Carlos Augusto Mariani Lacerda;
- Carlos Mariani Bittencourt;
- Cecília Mariani;
- Clara Mariani Flaksman;
- Cristiana Dreux Mariani;
- Daniel Bracher Mariani;
- Diogo Guttman Mariani;
- Eduardo Mariani Bittencourt;
- Erich Eichner Mariani;
- Estela Dreux Mariani;
- Filipe Eduardo Moreau;
- Francisco Cavalheiro Mariani;
- Gabriel Mariani Flaksman;
- Glória Maria Mariani Bittencourt;
- Gustavo Niero Moreau;
- Isabel Chaib Moreau;
- Joana Guttman Mariani;
- João Mariani Flaksman;
- Julia Bracher Mariani;
- Livia Mariani Lemos;
- Luiz Clemente Mariani Bittencourt;
- Luiza Mariani;
- Marcos Dreux Mariani;
- Maria Clara Mariani Bittencourt;
- Maria Leticia Dreux Mariani;
- Matias Bracher Mariani;
- Miguel Mariani Flaksman;
- Pedro Henrique Mariani Bittencourt;
- Pedro Mariani Lacerda;
- Raul Mariani Chataignier;
- Tomás Mariani Lemos; e
- Vicente Cavalheiro Mariani.

b. data de celebração

O Acordo foi celebrado em 16.05.2005.

Participações Industriais do Nordeste

feito na sede do emissor ou do qual o controlador seja

c. prazo de vigência

O Acordo de Acionistas tem prazo de vigência por 30 anos contados de 16.05.2005, sendo automaticamente prorrogado por períodos adicionais de 5 anos se nenhuma parte informar à outra, mediante comunicação por escrito entregue com antecedência de 6 meses, sua decisão de não prorrogar o Acordo.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

A cada "Ação Ordinária Vinculada" corresponde 1 voto nas deliberações sociais, incluindo Reuniões Prévias, Assembleias Gerais e Especiais. As "Ações Preferenciais Vinculadas de Classe A" não terão direito de voto.

Os "Acionistas Votantes" deverão se reunir previamente a qualquer Assembleia Geral e/ou Reunião do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas Controladas, a fim de deliberar como votarão e/ou instruirão os votos de seus representantes, de modo uniforme, nas Assembleias Gerais da Companhia e/ou de suas Controladas e nas respectivas Reuniões de Conselho de Administração.

O Acionista Votante que não comparecer à Reunião Prévia realizada de acordo com todos os procedimentos previstos no Acordo de Acionistas deverá estar presente e votar na Assembleia Geral da Companhia e/ou de Controladas da Companhia e/ou instruir o voto de seus representantes nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia e/ou de Controladas da Companhia, de acordo com o que vier a ser estabelecido na Reunião Prévia à qual não compareceu, assegurado à parte prejudicada ou ao conselheiro eleito pela parte prejudicada o direito de votar com as ações pertencentes ao acionista ausente ou omissos ou de seu representante no Conselho de Administração.

Na hipótese de não instalação da Reunião Prévia, os "Acionistas Votantes" deverão votar na respectiva Assembleia Geral da Companhia e/ou de Controladas da Companhia e/ou instruir o voto de seus representantes nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia ou de Controladas da Companhia, conforme o caso, no sentido de manter o *status quo* da Companhia ou da Controlada da Companhia.

Caso qualquer dos "Acionistas Votantes" passe a deter quantidade inferior a 1% do capital votante da Companhia, a Reunião Prévia, por maioria dos votos, decidirá se esse acionista será excluído de participar nas Reuniões Prévias da Companhia, sendo certo que, em qualquer hipótese, suas ações permanecerão vinculadas aos termos do Acordo.

As deliberações em Reunião Prévia serão tomadas pela maioria dos votos dos "Acionistas Votantes" presentes, exceto com relação às matérias relacionadas abaixo, que exigirão para a sua aprovação, também em Reunião Prévia, o quorum de 65% dos votos dos "Acionistas Votantes".

- investimentos, individuais ou no agregado, (i) da Companhia que excederem a R\$ 3.000.000,00 por ano, (ii) das sociedades controladas pela Companhia, que excederem a R\$ 5.000.000,00 por ano, em ambos os casos somente quando tais investimentos não estiverem previstos no orçamento anual da Companhia ou Controladas pela Companhia, conforme o caso;
- contratos de qualquer natureza que impliquem em obrigações (i) da Companhia que excederem a R\$ 3.000.000,00 por ano, (ii) das sociedades controladas pela Companhia, que excederem a R\$ 5.000.000,00 por ano, em ambos os casos

Participações Industriais do Nordeste

- somente quando tais contratos não estiverem previstos no orçamento anual da Companhia ou das controladas pela Companhia, conforme o caso;
- autorização à Diretoria para adquirir ou alienar bens do ativo permanente, constituir ônus reais, prestar garantias a obrigações de terceiros, contrair empréstimos, renunciar a direitos, transigir ou onerar de qualquer forma, os bens da Companhia em valores que representem responsabilidade igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 que não estejam previstos no orçamento anual da Companhia;
 - qualquer operação individual entre a Companhia e/ou sua Controlada, de um lado, e seus acionistas e/ou sociedades controladas ou coligadas desses, de outro lado;
 - redução do dividendo obrigatório ou proposta para pagar ou distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio diferente de 25% do lucro líquido da Companhia;
 - participação da Companhia em grupo de sociedades;
 - alteração do Estatuto Social da Companhia que modifique direitos e/ou obrigações dos acionistas, exceto com respeito a aumentos do capital social que não importem em diluição injustificada;
 - aprovação de planos de opção de compra de ações e subsequentes alterações ou revogação dos mesmos;
 - cisão, fusão, incorporação, transformação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
 - criação de ações preferenciais ou ordinárias, em ambos os casos de classes diferentes das existentes ou aumento de classe existente de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção com as demais espécies e classes, bem como a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais ou, ainda, criação de nova classe mais favorecida;
 - deliberação acerca de qualquer matéria que por lei dê a qualquer Acionista o direito de retirar-se da Companhia;
 - dissolução e liquidação da Companhia;
 - a declaração de autofalência ou a promoção de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; e
 - a orientação de voto dos representantes da Companhia nas suas Controladas com respeito a todas as matérias aqui relacionadas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Cada uma das acionistas detentoras de "Ações Ordinárias Vinculadas" terá o direito de indicar os membros do Conselho de Administração segundo a tabela abaixo, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral desde que haja vaga em tal órgão e sempre respeitado o número máximo de integrantes permitido (doze).

Percentual de ações ordinárias de emissão da Companhia detida por uma Holding:	Quantidade de membro(s) do Conselho de Administração da Companhia que esta Holding poderá eleger:
Holding detentora de 3,01% a 14,99% das ações ordinárias da Companhia.	1 (um) membro do Conselho de Administração.
Holding detentora de 15% a 29,99% das ações ordinárias da Companhia.	2 (dois) membros do Conselho de Administração.

Participações Industriais do Nordeste

feito na sede do emissor ou do qual o controlador seja

Holding detentora de 30% a 44,99% das ações ordinárias da Companhia.	3 (três) membros do Conselho de Administração.
Holding detentora de 45% a 59,99% das ações ordinárias da Companhia.	4 (quatro) membros do Conselho de Administração.
Holding detentora de 60% a 74,99% das ações ordinárias da Companhia.	5 (cinco) membros do Conselho de Administração.
Holding detentora de 75% a 89,99% das ações ordinárias da Companhia.	6 (seis) membros do Conselho de Administração.
Holding detentora de mais de 90% das ações ordinárias da Companhia.	7 (sete) membros do Conselho de Administração.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Os acionistas detentores de "Ações Ordinárias Vinculadas" e de "Ações Preferenciais Vinculadas da Classe C" somente poderão alienar suas respectivas ações após oferecerem aos demais acionistas o direito de preferência e o direito de venda conjunta tal como previsto na Cláusula VIII e na Cláusula IX do Acordo, respectivamente.

Os acionistas titulares de Ações Preferenciais Vinculadas da Classe A e/ou da Classe B também só poderão alienar suas respectivas ações depois de oferecida aos demais acionistas preferência para adquiri-las observado o disposto na Cláusula VIII e no item 9.8 do Acordo. Já o direito de venda conjunta estipulado na Cláusula IX do Acordo será aplicável aos titulares de Ações Preferenciais Vinculadas de Classe A e/ou B apenas nas situações previstas no item 9.6 do Acordo.

Depois de realizados os procedimentos relativos a direito de preferência e venda conjunta e caso as ações venham a ser alienadas a terceiros, a maioria dos "Acionistas Votantes" decidirá, em Reunião Prévia, se tais ações permanecerão ou não vinculadas aos termos do Acordo de Acionistas da Companhia.

Ainda sobre os procedimentos de direito de preferência e de venda conjunta previstos na Cláusula VIII e na Cláusula IX do Acordo, estes são igualmente aplicáveis à hipótese de mudança e/ou compartilhamento de controle dos Acionistas detentores de "Ações Ordinárias Vinculadas", respeitado o disposto na Cláusula XII do mesmo instrumento.

Além dos direitos referidos acima, o Acordo prevê que, caso acionistas titulares de, no mínimo, 70% das "Ações Ordinárias Vinculadas" desejarem alienar a totalidade de suas ações, terão eles o direito de exigir que os demais acionistas alienem, em conjunto e nas mesmas condições, a totalidade de suas ações.

As restrições quanto à alienação de ações previstas no Acordo de Acionistas não se aplicarão, exclusivamente, nos casos previstos em seu item 12.4.

Por fim, qualquer alienação que viole o disposto no Acordo de Acionistas será nula e ineficaz, ficando a Companhia, desde já, proibida de registrá-la em seus livros.

Participações Industriais do Nordeste

realizado na sede do emissor ou do qual o controlador seja

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Como já informado no item "d" acima, os membros do Conselho de Administração deverão proferir seus votos segundo vier a ser decidido pelos Acionistas Votantes em Reunião Prévia, sempre preservado o interesse da Companhia como determina a Lei.

Participações Industriais do Nordeste

participações dos membros do grupo de controle e

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não aplicável, pois não houve nenhuma alteração relevante nas participações do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos 3 exercícios sociais.

Participações Industriais do Nordeste

15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste

Políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações contábeis, com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

As operações e negócios com partes relacionadas à Companhia são sempre realizados observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco BBM S.A	31/12/2009	12.113.534,97	R\$ 12.113.534,97	100%.	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Grupo controlador						
Objeto contrato	Aplicações em fundos de investimentos						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Saldo da aplicação inferior a R\$ 20.000,00, tem resgate total automático.						
Natureza e razão para a operação							
Banco BBM S.A	31/12/2008	16.478.447,89	R\$ 16.478.447,89	100%	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Grupo controlador						
Objeto contrato	Aplicações em fundos de investimento						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Saldo da aplicação inferior a R\$ 20.000,00, tem resgate total automático.						
Natureza e razão para a operação							
Banco BBM S.A	31/12/2007	12.112.474,18	R\$ 2.671.423,03	100%	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Grupo controlador.						
Objeto contrato	Aplicações em fundo de investimentos.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Saldo da aplicação inferior a R\$ 20.000,00, tem resgate total automático.						
Natureza e razão para a operação							
Pronor Petroquímica S.A	31/12/2008	33.575,53	R\$ 33.575,53	100%	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes.						
Natureza e razão para a operação							
RiskControl Serviços Ltda.	31/12/2008	700,00	R\$ 700,00	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes.						
Natureza e razão para a operação							
Engepack Embalagens S.A	31/12/2008	1.900,49	R\$ 1.900,49	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes.						
Natureza e razão para a operação							
PIN Petroquímica S.A	31/12/2008	22.300,00	R\$ 22.300,00	100%	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum,						
Objeto contrato	Prestação de serviços						
Garantia e seguros	Não hpa garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco BBM S.A	31/12/2008	12.614,70	R\$ 12.614,70	100%	20 meses e 7 dias.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Grupo controlador						
Objeto contrato	Aluguel de salas						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O locatário não poderá devolver o imóvel antes do fim do prazo estipulado, salvo pagando multa correspondente a 3 meses do aluguel na época. Os casos de rescisão do presente contrato dar-se-ão sempre de pleno direito, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação							
BBM Holding S.A	31/12/2008	1.067,86	R\$ 1.067,86	100%	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum,						
Objeto contrato	Nota de débito						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes, sua extinção dar-se-a após o pagamento da nota.						
Natureza e razão para a operação							
PIN Petroquímica S.A	31/12/2007	1.650,02	R\$ 1.650,02	100%	6 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum.						
Objeto contrato	Aluguel de salas.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O Locatário não poderá devolver o imóvel antes do fim do prazo estipulado acima, salvo pagando multa no valor correspondente a 3 vezes o valor de aluguel da época. Os casos de rescisão do presente contrato dar-se-ão sempre de pleno direito, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.						
Natureza e razão para a operação							
RiskControl Serviços Ltda.	31/12/2007	4.780,01	R\$ 4.780,01	100%	Indeterminado.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes.						
Natureza e razão para a operação							
PIN Petroquímica S.A	31/12/2007	356,07	R\$ 356,07	100%	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum.						
Objeto contrato	Nota de débito.						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes, sua extinção dar-se-a após o pagamento da nota.						
Natureza e razão para a operação							
Aleutas S.A	31/12/2007	951,21	R\$ 951,21	100%	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum.						
Objeto contrato	Nota de débito						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes, sua extinção dar-se-a após o pagamento da nota.						
Natureza e razão para a operação							
Zínia Participações S.A	05/12/2008	18.344,23	R\$ 18.501,48	100%	6 meses.	SIM	0,857220
Relação com o emissor	Coligada.						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionadas.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A rescisão ou extinção do contrato dar-se-a mediante o pagamento pela mutuária, do saldo devedor atualizado.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre empresas de controle comum com o objetivo de suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.						
PIN Petroquímica S.A	17/12/2009	656.940,57	R\$ 658.882,21	100%	165 dias.	SIM	0,295560
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há seguros ou garantias relacionadas						
Rescisão ou extinção	A rescisão ou extinção do contrato dar-se-a mediante o pagamento pela mutuária, do saldo devedor atualizado.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre empresas de controle comum com o objetivo de suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.						
PIN Petroquímica S.A	01/12/2009	662.816,82	R\$ 667.397,51	100%	181 dias	SIM	0,691090
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Abertura de limite de crédito						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	A rescisão ou extinção do contrato dar-se-a mediante o pagamento pela mutuária, do saldo devedor atualizado.						
Natureza e razão para a operação	Abertura de linha de crédito em mútuo entre empresas de controle comum com o objetivo de suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.						
PIN Petroquímica S.A	16/09/2009	617.454,64	R\$ 623.484,13	100%	9 meses.	SIM	0,976510
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	A rescisão ou extinção do contrato dar-se-a mediante o pagamento pela mutuária, do saldo devedor atualizado.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre empresas de controle comum com o objetivo de suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.						
PIN Petroquímica Participações S.A	01/12/2009	202.244,41	R\$ 203.642,11	100%	6 meses.	SIM	0,691090

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	A rescisão ou extinção do contrato dar-se-a mediante o pagamento pela mutuária, do saldo devedor atualizado.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre empresas de controle comum com o objetivo de suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.						
PIN Petroquímica Participações S.A	16/09/2009	81.163,64	R\$ 83.131,22	100%	8 meses e 15 dias.	SIM	2,411890
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	A rescisão ou extinção do contrato dar-se-a mediante ao pagamento pela mutuária, do saldo devedor atualizado.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre empresas de controle comum com o objetivo de supri a necessidade de capital de giro da Companhia.						
BBM Holding S.A	31/12/2008	4.599,98	R\$ 4.599,98	100%	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços						
Garantia e seguros	Não há seguros ou garantias relacionados						
Rescisão ou extinção	A rescisão poderá ser feita a qualquer momento por ambas as partes.						
Natureza e razão para a operação	Serviços prestados pela BBM Holding S.A à controlada PIN Agropecuiária Ltda.						
Aleutas S.A	31/12/2008	3.270,02	R\$ 3.270,02	100%	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A rescisão poderá ser feita a qualquer momento por ambas as partes.						
Natureza e razão para a operação	Serviços prestados pela Aleutas S.A para a controlada PQ Seguros S.A.						
Agro Pastoril do Araguaia Ltda.	11/12/2007	90.654,03	R\$ 90.739,20	100%	30 dias.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladores em comum.						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	A rescisão ou extinção dar-se-a mediante o pagamento pela mutuária do saldo devedor atualizado.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre empresas de controladores comum com objetivo de suprir a necessida de capital de giro da Companhia.						

Participações Industriais do Nordeste

s para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter
pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

***(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e
(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.***

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas ou exigidas pela legislação. A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus administradores, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia.

Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro da administração, o respectivo membro deve abster-se de participar de decisão, ficando a mesma cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

Na hipótese de pretendermos celebrar operações e negócios com nossas partes relacionadas, temos políticas que nos determinam a seguir os padrões de mercado e a amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2011	69.747.690,62		126.000	31.388	157.388
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	31.388				
Tipo de capital	Capital Autorizado				
28/09/2001	100.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/04/2011	Assembleia Geral Extraordinária	29/04/2011	15.375.233,72	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Bonificação						
30/12/2008	63.000	15.694	78.694	126.000	31.388	157.388
Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações			
Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
PNA		15.694	PNA		31.388	

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
03/09/2008	03/11/2008	16.346.056,07	0	0	0	35,72932400	0,00

Forma de restituição

Os acionistas foram restituídos, na proporção de suas respectivas participações no capital do emissor, de (i) parcela do ativo da Companhia representado pelo investimento detido na Zínia Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.851.532/0001-56, correspondente a 9.330.608 ações ordinárias nominativas de emissão desta última no valor total de R\$ 16.344.067,05, e (ii) R\$ 1.989,02 em moeda corrente nacional, como forma de restituição do capital investido.

Razão para redução

A redução foi realizada em razão de se considerar excessivo o montante atribuído ao capital social, sujeitando-se a mesma às condições estipuladas nos arts. 173 e 174 da Lei nº 6.404/76.

Participações Industriais do Nordeste

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Os acionistas detentores de ações ordinárias fazem jus ao recebimento de 25%, no mínimo, a título de dividendos, calculados com os ajustamentos da Lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A Assembléia Geral poderá autorizar a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, mediante deliberação tomada por maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto fixar: a) o montante das ações a serem convertidas; b) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e c) o momento em que se dará a conversão de ações.
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme previsto no Acordo de Acionistas do emissor (Acordo), os acionistas detentores de "Ações Ordinárias Vinculadas" somente poderão alienar suas respectivas ações após oferecerem aos demais acionistas o direito de preferência e o direito de venda conjunta tal como previsto na Cláusula VIII e na Cláusula IX do Acordo, respectivamente.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão estatutária sobre o assunto.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação e direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme previsto no Acordo de Acionistas do emissor (Acordo), os acionistas titulares de Ações Preferenciais Vinculadas da Classe A só poderão alienar suas respectivas ações depois de oferecida aos demais acionistas preferência para adquiri-las observado o disposto na Cláusula VIII e no item 9.8 do Acordo. Já o direito de venda conjunta estipulado na Cláusula IX do Acordo será aplicável aos titulares de Ações Preferenciais Vinculadas de Classe A apenas nas situações previstas no item 9.6 do Acordo.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão estatutária sobre o assunto.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Não possui direito a dividendos prioritários.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Cada ação preferencial classe "B", quando emitida, terá direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, observado que cada acionista titular de ações preferenciais classe "B" terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais classe "B", limitado ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente do número de ações preferenciais classe "B" que este acionista detiver, nos termos do §1º do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais classe "B", quando emitidas, farão jus à prioridade no reembolso do capital da Companhia no caso de sua liquidação, sem prêmio.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme previsto no Acordo de Acionistas do emissor (Acordo), os acionistas titulares de Ações Preferenciais Vinculadas da Classe B só poderão alienar suas respectivas ações depois de oferecida aos demais acionistas preferência para adquiri-las observado o disposto na Cláusula VIII e no item 9.8 do Acordo. Já o direito de venda conjunta estipulado na Cláusula IX do Acordo será aplicável aos titulares de Ações Preferenciais Vinculadas de Classe B apenas nas situações previstas no item 9.6 do Acordo.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão estatutária sobre o assunto.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe C
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Não possui direito a dividendos prioritários.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Cada ação preferencial classe "C", quando emitida, terá direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, observado que cada acionista titular de ações preferenciais classe "C" terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais classe "C", limitado ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente do número de ações preferenciais classe "C" que este acionista detiver, nos termos do §1º do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais classe "C", quando emitidas, farão jus à prioridade no reembolso do capital do emissor no caso de sua liquidação, sem prêmio.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme previsto no Acordo de Acionistas do emissor (Acordo), os acionistas detentores de "Ações Preferenciais Vinculadas da Classe C" somente poderão alienar suas respectivas ações após oferecerem aos demais acionistas o direito de preferência e o direito de venda conjunta tal como previsto na Cláusula VIII e na Cláusula IX do Acordo, respectivamente.

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há previsão estatutária sobre o assunto.

Outras características relevantes

Não há outras características relevantes.

Participações Industriais do Nordeste

as estatutárias que limitem o direito de voto de s obriguem a realizar oferta pública

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não aplicável, pois não existem regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública, além das regras mencionadas no item 15.5, referentes ao Acordo de Acionistas do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

Cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável, pois o estatuto do emissor não contém exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois o emissor não possui valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nenhum valor mobiliário do emissor admitido à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Participações Industriais do Nordeste

e valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Não aplicável, pois o emissor não possui valores mobiliários admitidos à negociação atualmente.

Participações Industriais do Nordeste

espécie de valor mobiliário admitida à negociação em

18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

a. país

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

b. mercado

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

d. data de admissão à negociação

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

e. se houver, indicar o segmento de negociação

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

f. data de início de listagem no segmento de negociação

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

i. se houver, banco depositário

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

j. se houver, instituição custodiante

Não aplicável, pois o emissor jamais possuiu valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

Participações Industriais do Nordeste efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e relativas a valores mobiliários do emissor

18.8 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, pois jamais foi realizada qualquer oferta pública relativa a valores mobiliários do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

cas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de

18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não aplicável, pois o emissor não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos 3 últimos exercícios.

Participações Industriais do Nordeste

18.10 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui plano de recompra de ações, nem possuiu nos últimos 3 exercícios sociais.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possui valores mobiliários em tesouraria, nem possuiu nos últimos 3 exercícios sociais.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não possuía valores mobiliários em tesouraria na data do encerramento do último exercício social.

Participações Industriais do Nordeste

19.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Seguem abaixo as respostas do item 20.1, em razão do programa apresentar erro quando do seu preenchimento:

20.1 Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:

a. data de aprovação:

30/06/2002

b. pessoas vinculadas:

Todos os diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, do próprio emissor e das sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa a ato ou fato relevante, assim como os acionistas controladores do emissor nos termos da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, diretos ou indiretos, e respectivos colaboradores ("Colaboradores").

c. principais características:

Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios do emissor, é vedada a negociação direta ou indireta com valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados pela própria companhia e/ou por qualquer Colaborador do emissor.

A mesma vedação aplica-se sempre que estiver em curso a aquisição ou alienação de ações do emissor, suas controladas, coligadas, sociedades sob o controle comum, ou ainda se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

As vedações previstas acima deixarão de vigorar tão logo o emissor divulgue o fato relevante respectivo ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da companhia ou de seus acionistas.

Os acionistas controladores, os acionistas que elegerem membros do conselho de administração, assim como qualquer pessoa ou grupo de pessoas que detenha 5% ou mais de qualquer espécie ou classe de ações emitidas pela companhia, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, não poderão negociar com valores mobiliários do emissor no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais e anuais deste último.

Qualquer das vedações aqui referidas não é aplicável (i) às hipóteses de aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra segundo plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral, bem como (ii) às negociações realizadas pelo próprio emissor, seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, seus administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, desde que estejam em conformidade com a Política de Negociação aprovada em 30/06/2002.

d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

São vedadas as negociações com valores mobiliários do emissor ou a eles referenciados nos seguintes períodos:

- antes da divulgação ao mercado de fato ou ato relevante ocorrido nos negócios do emissor; e
- no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais e anuais do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste

mentos ou procedimentos internos relativos à divulgação

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Política de Divulgação de Informações aprovada pelo conselho de administração do emissor em 30/06/2002 estabelece diretrizes que deverão ser observadas pelos Colaboradores da companhia quanto a informações consideradas relevantes segundo a Instrução CVM nº 358/2002.

Participações Industriais do Nordeste

Divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Em linhas gerais, a Política de Divulgação de Informações do emissor determina que:

- a divulgação de informações a respeito do emissor deve ser contínua, ordenada e acessível a todos os seus acionistas;
- cumprir aos Colaboradores do emissor guardar sigilo sobre ato ou fato relevante a que tenham acesso e que ainda não tenha sido divulgado ao mercado;
- os acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária deverão comunicar por escrito ao Diretor de Relações com Investidores ("DRI") qualquer ato ou fato relevante de seu conhecimento que não tenha sido ainda divulgado;
- é obrigação do DRI divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e, se for o caso, às Bolsas de Valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que os valores mobiliários do emissor sejam negociados;
- no caso de omissão injustificada do DRI no cumprimento de seu dever de divulgação de fato relevante, caberá aos acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia comunicar tal fato à CVM;
- o DRI deverá ser previamente avisado caso se pretenda veicular, por qualquer meio de comunicação, ato ou fato relevante ainda não divulgado, para que este possa providenciar sua simultânea divulgação ao mercado;
- a divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação;
- caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação dos valores mobiliários, o DRI poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar a suspensão da negociação dos mesmos pelo tempo necessário à adequada disseminação de informação relevante;
- excepcionalmente, caso os acionistas controladores ou os administradores do emissor entendam que a revelação de ato ou fato relevante colocará em risco interesse legítimo da companhia, poderão os mesmos deixar de divulgá-lo;
- a divulgação de ato ou fato relevante deverá se dar através da publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços da Internet onde a informação completa estará disponível a todos os investidores;
- os administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária estão obrigados a informar à CVM, ao emissor (na figura do DRI), às Bolsas de Valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares e de sociedades controladas ou controladoras que sejam companhias abertas, bem como as alterações em suas posições.

Participações Industriais do Nordeste

eis pela implementação, manutenção, avaliação e ção de informações

21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É obrigação do DRI divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios do emissor, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que os valores mobiliários do emissor sejam negociados. Porém, no caso de omissão injustificada do DRI no cumprimento de seu dever de divulgação de fato relevante, caberá aos acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia comunicar tal fato à CVM.

Participações Industriais do Nordeste

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.

Participações Industriais do Nordeste qualquer ativo relevante que não se enquadre como
emissor

22.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, pois o emissor não adquiriu nem alienou nenhum ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Participações Industriais do Nordeste

forma de condução dos negócios do emissor

22.2 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, pois não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios do emissor nos últimos 3 exercícios sociais.

Participações Industriais do Nordeste ados pelo emissor e suas controladas não diretamente ; operacionais

22.3 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, pois o emissor não celebrou qualquer contrato com suas controladas que não seja diretamente relacionado com as atividades operacionais que desenvolve.

Participações Industriais do Nordeste

tes

22.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas em itens anteriores.